

Privilégio de rentistas acima de tudo

# Governo quer tirar 1 trilhão da Previdência para dar a parasitas

Valter Campanato - ABr



Governador Flávio Dino se prepara para 2022: "Vou enfrentar laranjal e turma do mal"

O governador do Maranhão, Flávio Dino, confirmou que planeja disputar a Presidência da República em 2022. "Estou mesmo me preparando para 2022. Vocês nem notaram, já estou até com cinco quilos a menos. Vamos enfrentar o laranjal e a turma do mal", declarou durante a Conferência Estadual Extraordinária do PCdoB, no Maranhão, realizada na sexta-feira (22). "Estamos ajudando o nosso partido com uma atuação prática. Ofertando serviço em favor da população: políticas públicas, defesa dos direitos do povo, sobretudo aqueles que mais precisam, da classe trabalhadora, dos mais pobres", disse o governador maranhense. **Página 3**



**E de quebra retirar da Constituição todas as definições do sistema**

**G**uedes, o mandachuva de Bolsonaro na economia, quer tirar R\$ 1 trilhão dos aposentados e pensionistas para passá-los ao setor financeiro – isto é, ao cartel de quadri-lhas rentistas de onde veio. Pretende fazer isso retirando a Previdência da Constituição para massacrar aposentados sob "leis complementares", mais fáceis de aprovar do que emendas constitucionais. Na mídia, alguns descobriram que deixar idosos sem aposentadoria tem poderes miraculosos – o Brasil, pelo que dizem, será um paraíso, se os trabalhadores morrerem antes de se aposentar ou receberem proventos miseráveis. **P. 3**

## Irmã de milicianos presos assinava cheques de Flávio Bolsonaro (PSL)



Além do esquema de lavagem comandado por Fabrício Queiroz, Flávio Bolsonaro montou um outro, envolvendo Valdenice de Oliveira Meliga, irmã dos milicianos Alan e Alex Rodrigues Oliveira, presos em agosto do ano passado na operação "Quarto Elemento" do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e do Ministério Público do RJ. Valdenice assinou cheques de despesas da campanha em nome de Flávio Bolsonaro. **Pág. 3**

**Juiz faz alerta para 'supressão das garantias constitucionais'**

Em Carta Aberta sobre a reforma da Previdência, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz Jayme de Oliveira, alerta: "pela primeira vez, uma reforma constitucional estruturou-se a partir da premissa da desconstitucionalização e da supressão de garantias constitucionais". **Pág. 2**

**Laranjas do PSL fizeram 10 milhões de santinhos para distribuir em 1 dia**

Mais um milagre dos santinhos. No Ceará, a candidata a deputada estadual Gislani Maia, do PSL, recebeu R\$ 150 mil da direção nacional do partido em 5 de outubro, a dois dias do primeiro turno, e no mesmo dia declarou ter gasto quase R\$ 143 mil em três gráficas, em 4,8 milhões de santinhos (tendo um único dia para distribuir), panfletos, botons, e adesivos. Em PE, a mesma coisa se repetiu. **Pág. 3**

**Molon denuncia a manobra para forçar ministros do STF a saírem**

"O governo está tentando, às escondidas, usar a reforma da Previdência para retirar a idade de aposentadoria dos ministros do STF da Constituição", denunciou o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ). **Página 3**

**Sem parte dos militares, projeto sobre Previdência não começará tramitação, afirma Rodrigo Maia**

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o projeto da reforma da Previdência só vai ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) após o governo Bolsonaro mandar a proposta sobre as novas regras para a aposentadoria dos militares. "Agora, fica no mínimo para depois do Carnaval", disse. **P. 3**

**Vale passa 1º mês impune: 179 mortos e 130 desaparecidos**

Com a frase "O lucro não Vale a vida" estampada em faixas e cartazes, os moradores de Brumadinho homenagearam as vítimas do rompimento da barragem, após um mês do crime ambiental. **P. 4**



Venezuela: EUA fracassa com provocação "humanitária"



Denise Gentil é economista da UFRJ

## 'PEC atinge milhões que só sobrevivem com benefícios'

A professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Denise Lobato Gentil, especializada em contas públicas e Previdência Social, avalia que a reforma proposta por Guedes/Bolsonaro dificulta o acesso à aposentadoria e implica em aumento da pobreza.

"São regras muito duras e que atingem em cheio 30 milhões de brasileiros que dependem diretamente desses benefícios para sua sobrevivência e de sua família", disse a economista.

Entre as regras contidas na PEC 06/2019, estão:

- o estabelecimento de um tempo mínimo de contribuição de 20 anos, inclusive para os trabalhadores rurais;
- as reduções nos valores de pensões;
- mudanças para o Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- fim da multa rescisória de 40% e do depósito de 8% do FGTS para aposentados;
- contribuição progressiva.

Essas e outras medidas receberam severas críticas de tudo que é setor da sociedade.

Enquanto isso, nenhuma palavra sobre as desonerações, renúncias fiscais, dívidas de bancos e grandes empresas com a Previdência, desvio de recursos previdenciários através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), omissões de receitas e inclusão indevida de despesas não previdenciárias.

O texto da PEC estabelece idades mínimas de 65 anos para homens e 62 para mulheres e um período mínimo de 20 anos de contribuição, em uma situação de alta rotatividade no emprego. Atualmente são 15 anos de colaboração para quem se aposenta por idade, ou 35 (homens) e 30 (mulheres) para a aposentadoria por contribuição, sem idade mínima.

"É um período que muitos não conseguem completar", disse a economista. Especificamente autônomos, desempregados e trabalhadores sem carteira assinada ou com mais de 50 anos, o que reduz o tempo de contribuição. São problemas comuns na economia brasileira. Segundo Denise Gentil, o novo cálculo proposto para se chegar ao valor para a aposentadoria tende a puxar os benefícios para baixo.

A nova proposta considera a média de todas as contribuições, desde 1994. Isso vai incluir também os salários menores, até aqueles do início da carreira, o que puxa a média para baixo.

Pela regra atual, o cálculo é feito a partir da média salarial dos 80% maiores salários de contribuição desde julho de 1994.

Para a economista, "exigir que trabalhador rural contribua por pelo menos 20 anos é dizer que não vai mais haver aposentadoria rural, e as aposentadorias rurais foram um mecanismo essencial para combater a pobreza no país".

Hoje, os trabalhadores rurais podem requerer a aposentadoria com 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres), com 15 anos de contribuição. Com a PEC, homens e mulheres se aposentam com 60 e tempo mínimo de contribuição de 20 anos.

Ou seja, vai gerar uma exclusão previdenciária muito grande, pois a maioria dos trabalhadores rurais trabalham sem carteira assinada, principalmente no Norte e Nordeste.

A pensão por morte também vai ser reduzida. Atualmente, viúvo e órfãos têm direito a receber 100% da aposentadoria. Com a reforma, o valor partiria de 60%, aumentando em 10% para cada dependente a mais, até o limite dos 100%.

Isto se o valor da aposentadoria fosse um salário mínimo, o valor que a viúva receberia seria 60% do piso, o que é inconstitucional.

"Não empobrece apenas o idoso, empobrece também os jovens", disse a professora da UFRJ.

Ela explicou que quando o pai falece, há uma queda de renda muito grande na família, "e é um dinheiro de que eles dependem para acabarem os estudos e ingressarem no mercado de trabalho".

As mudanças propostas para o BPC estão entre as mais criminosas na PEC bolsonarista.

Hoje, idosos a partir de 65 anos com renda média familiar per capita de até um quarto de salário mínimo têm direito a receber um salário mínimo por mês.

A PEC propõe que o valor de um salário mínimo seria pago apenas às pessoas com mais de 70 anos. Pessoas com idade de 60 a 69 anos teriam direito a receber R\$ 400.

# Carta aberta sobre a reforma da Previdência (PEC 6/2019)

Para juiz, não se pode admitir uma proposta que abre caminho 'a uma ampla e ilimitada privatização e desmonte da seguridade social'

**P**ublicamos abaixo Carta Aberta do juiz Jayme de Oliveira, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a respeito da proposta de reforma da previdência, apresentada por Bolsonaro, na quarta-feira, 20 de fevereiro ao Congresso Nacional:

A PEC 6, de 2019, que "modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências" é o mais amplo e complexo conjunto de mudanças na Carta Magna já tentado desde 1988.

Pela primeira vez, uma reforma constitucional estruturou-se a partir da premissa da **desconstitucionalização** e da **supressão de garantias constitucionais**, a despertar, de imediato, a necessidade de duas ordens de reflexão:

a) a validade das cláusulas concretizadoras de direitos sociais como cláusulas pétreas;

b) a aplicabilidade ou não da teoria da vedação do retrocesso social, na medida em que a supressão das regras que disciplinam o núcleo essencial desses direitos e o próprio modelo de previdência social construído historicamente no Brasil remeterá a uma incerteza jurídica a sua própria continuidade.

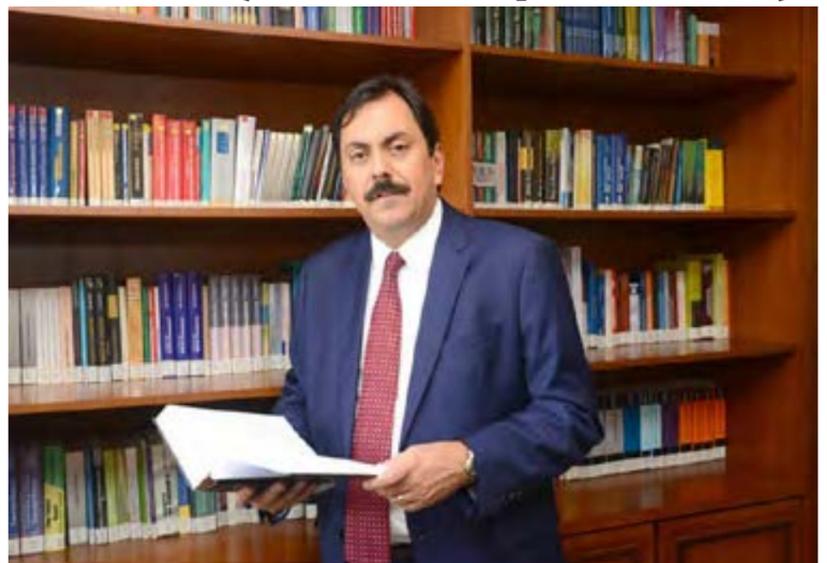
Nos termos da PEC, lei complementar deverá dispor sobre todos os aspectos essenciais dos direitos previdenciários dos servidores públicos e dos segurados do INSS. Até que tal lei complementar seja editada, observados alguns

parâmetros gerais para a sua elaboração e conteúdo, vigorarão regras de transição, dirigidas para os atuais ocupantes de cargos públicos, e disposições transitórias, aplicáveis a quem ingressar em cargo público ou filiar-se ao regime geral de previdência social.

O conjunto de alterações "**provisórias**", mas com impactos efetivos sobre toda a sociedade, impõe **idades mínimas progressivas, regras de cálculo de benefício que reduzem os seus valores, aumento de requisitos para ter acesso à aposentadoria, reduções em valores de pensões, limitações a acumulações de benefícios para os quais houve contribuição por longos períodos, na expectativa de sua percepção plena, redução de benefícios assistenciais e restrições ainda maiores ao seu acesso, e uma elevada taxa dos ativos, aposentados e pensionistas, notadamente no serviço público**, sob o falacioso argumento de "fazer com que os que ganham mais paguem mais".

Ora, tais concepções ignoram o próprio caráter sinalagmático das contribuições previdenciárias, pelo qual o que se paga já é proporcional ao direito que o segurado terá ao completar os requisitos.

Notadamente os servidores públicos já contribuem, desde 1993, com a aplicação de alíquotas sobre a totalidade de seus rendimentos, com a perspectiva – rompida a partir



Juiz Jayme de Oliveira, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, diculguou Carta Aberta sobre a reforma (foto: AMB)

de 2013, com a implantação da previdência complementar no União e em vários Estados e Municípios – de um provento igualmente integral, cujo acesso já foi dificultado com a imposição, pela Emenda Constitucional n. 41, de 2003, de idades mínimas de 60 anos para o homem e 55 para a mulher, além do tempo mínimo de contribuição total de 35 e 30 anos. A Emenda Constitucional n. 47, de 2005, permitiu a atenuação desses requisitos de idade, inexistentes no RGPS, mediante a redução de um ano na idade para cada ano de contribuição adicional, mas apenas para os que ingressaram até a vigência da Emenda Constitucional n. 20, de 1998.

A PEC n. 6/2019 propõe, ainda, para contornar óbice constitucional já definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a **progressividade das alíquotas**, o que contraria a proporcionalidade já existente. A progressividade confere às contribuições previdenciárias um novo caráter, implicando, com efeito, em bitributação e desnaturação de sua função.

As alíquotas fixadas, conforme a faixa de renda, revelam-se, ainda, confiscatórias, podendo chegar a 22%, o que implica em alíquotas efetivas de mais de 16% e, somadas ao imposto de renda, ultrapassará 40%. Tal modificação, se aprovada, dificilmente sobreviverá ao crivo do Judiciário.

Além disso, confere aos entes a capacidade de fixar **contribuições extraordinárias** destinadas a cobertura de déficits atuariais, numa abordagem economicista dos regimes próprios de previdência que desconhece a sua história e trajetória tanto em termos de custeio quanto de gestão, como se fosse possível trazer a valor presente suas obrigações, e compará-las com receitas futuras e passadas, para concluir se há ou não "déficit", num contexto em que as **políticas de pessoal foram e são completamente definidas pelos governos**, e não pelos servidores públicos.

A PEC n. 6/2019 **ofende, ainda, de forma grave, o pacto federativo**, ao transferir para a União competências hoje concorrentes, para legislar sobre regimes previdenciários de servidores; impõe, de imediato, alíquotas contributivas exageradas, e retira quase integralmente a autonomia dos entes até mesmo para instituir regimes de previdência complementar para os servidores públicos.

As regras de transição fixadas pelas emendas de 1998, 2003 e 2005 são abandonadas, sem qualquer consideração quanto aos direitos garantidos. Aqueles que **ingressaram entre 2004 e a data de**

**promulgação da PEC serão ainda mais afetados**, pois sequer a regra de cálculo do benefício com base na média dos melhores salários de contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, a contar de 1994, será preservada, e para fazer jus a 100% de uma "média" já rebaixada, será preciso computar pelo menos 40 anos de contribuição, o que onera, em especial, as mulheres, que terão que cumprir dez anos a mais para alcançar esse patamar.

Um exemplo claro dessa perversidade é o valor da pensão por morte, cuja acumulação com provento de aposentadoria se dará por faixas de renda, não podendo superar (a parcela a ser acumulada), dois salários mínimos. O valor da própria pensão, que já foi reduzido pela Emenda Constitucional n. 41, no caso do agente público, será de apenas 50%, acrescidos de 10% por dependente, sendo tais cotas não reversíveis. Assim, em caso de infortúnio, o valor assegurado ao cônjuge remanescente é de 60% apenas, e poderá chegar a 100% somente na hipótese de haver 4 filhos dependentes, situação muito rara nos dias de hoje. Caso a pensão por morte seja devida em face de falecimento de servidor aposentado por invalidez após 15 ou 20 anos de atividade, que não seja decorrente de acidente de trabalho ou doença profissional, o seu cálculo dependerá do tempo de contribuição do falecido, e poderá chegar a apenas 36% da remuneração, posto que o benefício será calculado sobre apenas 60% da média apurada. E desumano.

Estes são apenas alguns dos sérios problemas que serão enfrentados ao longo da tramitação da PEC n. 6/2019, a exigir um exame cuidadoso da proposta e de alternativas para sua correção.

**O contínuo aperfeiçoamento do sistema previdenciário é um imperativo da gestão pública, de caráter permanente, posto que como toda obra humana, os regimes previdenciários são imperfeitos.** Fraudes, excessos, benefícios sem razoabilidade, má gestão do sistema previdenciário e condutas oportunistas devem ser sempre corrigidos por mudanças na lei ou mesmo na Constituição. O avanço social, inclusive, pode reclamar a fixação de idades mínimas, ou sua elevação, mas sempre ponderadas de acordo com os seus impactos sociais e a realidade nacional.

Como responsável pela aplicação das Leis e da Constituição, a magistratura nacional sempre as interpretou visando o bem comum e os interesses maiores da nação, com a preservação do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada.

O que não se pode admi-

tir, porém, é que uma proposta de emenda à Constituição, a pretexto de atenuar efeitos da crise fiscal que tem múltiplas causas, demonize os servidores públicos e segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, atribua a todos os que receberão benefícios **para os quais contribuíram a pecha de privilegiados e ignore princípios elementares de direito tributário e da ordem social**, abrindo o caminho a uma **ampla e ilimitada privatização e desmonte da seguridade social e da previdência social** em particular, notadamente a partir da previsão de que poderá ser implementado regime de capitalização e até mesmo substituída a previdência complementar fechada, ora em fase de implementação, por entidades de previdência aberta, pautadas, sobretudo e exclusivamente, pela busca do lucro financeiro.

Gravíssimo, ademais, é o fato dos mentores da proposta, além da extrema economia com a verdade – uma vez que os servidores públicos já estão sujeitos à idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens se aposentarem, bem assim, desde 2003, já não terem direito à integralidade e paridade na aposentadoria e, a partir 2013, no âmbito federal, só terem direito à aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS até o limite do valor do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, num momento em que se faz necessário serenar os ânimos e pacificar a nação – fazerem uma massiva campanha do "pobre contra o rico", "do privilégio dos servidores corporativos", enfim, uma verdadeira divisão social a título de criar uma "Nova Previdência", quando o país reclama pacificação e união em torno de uma ordem e progresso efetivos. Escolhe-se o pior caminho para a construção de uma política pública nacional moderna e pujante.

Neste momento, a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, trabalhará para construir, ao lado das entidades representativas de servidores públicos de todos os entes da Federação e dos demais trabalhadores urbanos e rurais, idosos e pessoas com deficiência, um sistema previdenciário equilibrado, humano, que preserve a dignidade de cada brasileiro, e de forma democrática e serena levará ao Congresso Nacional propostas para aperfeiçoar essa PEC n. 6/2019, de maneira a evitar que os seus aspectos perversos, desumanos e inconstitucionais sejam concretizados, com graves danos para as gerações atuais e futuras.

*Brasília, 22 de fevereiro de 2019.*

**Juiz Jayme de Oliveira**  
Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros

## Para Sindifisco, 'PEC da Previdência é draconiana'

"O espírito draconiano está presente na PEC da Reforma da Previdência, apresentada na quarta-feira (20/2) pelo governo federal", afirmou o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), em nota assinada por sua executiva nacional.

Drácon foi um legislador ateniense, que ficou marcado por ser excessivamente rigoroso nas normas que produzia. Daí, o termo draconiano virou sinônimo de "rigoroso", "despótico", "rígido" ou "severíssimo".

De acordo com o Sindifisco, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019 constitui "a proposta mais radical de reformulação do sistema previdenciário na vigência da Constituição de 1988. Na verdade, mais que uma reformulação da Previdência, trata-se de uma refundação da Seguridade Social, com alteração de conceitos e diretrizes que regerem o sistema até aqui".

O sindicato destaca em particular as draconianas condições apresentadas aos servidores públicos. "Entre os itens que causaram maior perplexidade, pontuamos o estabelecimento imediato, sem quaisquer regras de transição, de idade mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para que aqueles que ingressaram no serviço público até 2003 possam exercer o direito de se aposentar com paridade e integralidade. Aos que entraram após esse período, há a exigência de 40 anos de contribuição para que a aposentadoria se dê com 100% da média de TODOS os salários de contribuição (e não mais dos 80% maiores, como tem sido até hoje)".

"Claramente, a nova regra fixa limites bem acima do que atualmente é requerido para o servidor público que se aposenta pelas regras de transição das Emendas Constitucionais 41 e 47", acrescenta.

Dessa forma, diz o Sindifisco, "o servidor que estiver em condições de se aposentar, mas ainda não tiver a idade mínima, terá que aceitar uma redução nos proventos".

A entidade ressalta que a PEC altera substancialmente o artigo 40 da Constituição e acrescenta dispositivos que "delegam à lei complementar boa parte da normatização que hoje é de competência constitucional (inclusive a possibilidade de criação de contribuições extraordinárias aos servidores do RPPS), tornando as regras previdenciárias vulneráveis às vicissitudes políticas".

Outro ponto controverso apontado pelo Sindifisco é a previsão de escalonamento crescente nas alíquotas previdenciárias, de acordo com o salário de contribuição: "Tal escalonamento valeria inclusive para os proventos de aposentados e pensionistas, o que ofende direito adquirido e configura um acinte, visto que a estes não é possível sequer migrar de regime previdenciário. Com a majoração das alíquotas, a incidência cumulativa de imposto de renda e contribuição previdenciária poderá abocanhar, em alguns casos, praticamente metade da remuneração percebida".

## Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 -  
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



## Ministro do Turismo alega foro privilegiado para fugir da investigação do laranjal

O ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, recorreu ao foro privilegiado para tentar impedir o andamento da investigação aberta pelo Ministério Público em Minas Gerais sobre candidatas laranjas do PSL. A defesa do ministro, que é alvo direto da apuração na Promotoria Eleitoral, pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspenda as investigações, até que o tribunal decida sobre a prerrogativa de foro.

A reclamação foi encaminhada ao Supremo dia 14, quando foi divulgada a abertura do procedimento na Justiça mineira. O ministro Luiz Fux foi sorteado para relatar o pedido.

No pedido, Marcelo Alvaro alega que, conforme o novo entendimento do STF sobre a prerrogativa de foro, o caso dele deve subir para o tribunal. No ano passado, os ministros decidiram que o foro se restringe a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão dele.

Como o ministro é deputado licenciado em segundo mandato, a própria defesa argumenta que os ilícitos foram praticados enquanto ele era deputado e têm ligação com seu cargo, uma vez que o dinheiro foi parar em contas de ex-assessores do seu gabinete na Câmara. “Observe-se o que diz a reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo que versaria sobre os mesmos fatos: ‘O ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, deputado federal mais votado em Minas, patrocinou um esquema de candidaturas laranjas no estado que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara’”, escreveu a defesa.

“Os fatos investigados teriam sido cometidos durante o exercício do mandato parlamentar e seriam intrinsecamente ligados ao cargo público”, sustentou na reclamação ao Supremo.

As denúncias de que Marcelo Álvaro patrocinou um esquema de quatro candidaturas de laranjas, todas abastecidas com verba pública do PSL, começaram a surgir no início do mês. As candidaturas receberam R\$ 279 mil do Fundo Eleitoral da legenda, ficando entre as 20 candidatas mais beneficiadas em todo o país. Pelo menos R\$ 85 mil do valor total foram destinados a quatro empresas que são de assessores, parentes ou sócios de assessores do hoje ministro.

Nesta semana, outra candidata do partido denunciou um esquema de lavagem de dinheiro público pela sigla no estado. Segundo ela, Marcelo Alvaro sabia da operação. Mensagens de celular revelam cobrança para desvio de verba eleitoral. Ver MP de Minas intima 20 pessoas para investigar laranjal do ministro do Turismo.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Guedes quer tirar R\$ 1 tri dos idosos para dar aos rentistas



## Flávio e Bolsonaro com Valdenice de Oliveira e os milicianos Irmã de milicianos presos assinava cheques do filho de Jair Bolsonaro

Além do esquema de lavagem comandado por Fabrício Queiroz, Flávio Bolsonaro montou um outro, envolvendo Valdenice de Oliveira Meliga, irmã dos milicianos Alan e Alex Rodrigues Oliveira, presos em agosto do ano passado na operação “Quarto Elemento” do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Segundo reportagem de revista IstoÉ deste final de semana, Valdenice assinou cheques de despesas da campanha em nome de Flávio Bolsonaro (PSL). Dona de uma empresa de eventos, a Me Liga Produções e Eventos, Valdenice recebeu procuração de Flávio Bolsonaro para assinar cheques.

Um dos cheques assinados por ela, no valor de R\$ 5 mil, é destinado à empresa Alê Soluções e Eventos Ltda, que pertence a Alessandra

Cristina Ferreira de Oliveira, que é funcionária do gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa do Estado (Alerj), com um salário de R\$ 5,1 mil. Na época da campanha eleitoral, Alessandra exercia também a função de primeira tesoureira do PSL no estado.

Alessandra era tesoureira e dona da empresa Alê Soluções. Ela fez a contabilidade de outros 42 candidatos do PSL. Assim, a tesoureira, responsável por entregar e distribuir os recursos do partido, tinha parte do recurso de volta para as contas de uma empresa de sua propriedade.

A empresa de Alessandra recebeu cerca de R\$ 55 mil das campanhas. A suspeita é de que eram “laranjas”, colocadas na chapa do PSL apenas para cumprir a cota de 30% reservada às mulheres, já que as 33 só receberam verba do diretório nacional, o dinheiro público do

fundo partidário, quando faltavam poucos dias para a eleição.

Alessandra atuou em conjunto com o escritório Jorge L.A. Domingues Sociedade Individual de Advocacia, que tem como um dos sócios o advogado Gustavo Botto. Na prestação de contas à Justiça Eleitoral, Gustavo Botto também aparece como um dos administradores das contas de Flávio Bolsonaro.

No combo que coloca Alessandra como contadora e Botto como advogado, estiveram 36 campanhas do PSL na última eleição. No total, renderam ao escritório R\$ 38 mil. Candidatas do PSL ouvidas pela IstoÉ relatam que, ao final, praticamente os únicos gastos que efetivamente fizeram em suas respectivas campanhas foram com a empresa de Alessandra e o escritório de Botto.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Candidatas laranjas do PSL ‘rodaram’ 10 milhões de santinhos a dois dias da eleição

O número de casos envolvendo candidatas laranja do PSL, partido de Jair Bolsonaro, não para de crescer em todo o país. O primeiro escândalo, surgido em Pernambuco, motivou a queda de Gustavo Bebianno, que foi o presidente nacional do PSL e coordenador da campanha bolsonarista.

Noventa e cinco pessoas já prestaram depoimento até agora. O mineiro

Marcelo Álvaro Antônio, Ministro do Turismo, também está na mira do Ministério Público.

Agora, no Ceará, a candidata a deputada estadual Gisliani Maia, do PSL, recebeu R\$ 150 mil da direção nacional do partido em 5 de outubro, a dois dias do primeiro turno e, no mesmo dia declarou ter gasto quase R\$ 143 mil em três gráficas. As notas fiscais da candidata são relativas a 4,8 milhões

de santinhos, panfletos e botons, além de 20 mil adesivos para carros.

Tudo isso a dois dias da eleição.

Outra candidata a deputada estadual pelo PSL em Pernambuco, Mariana Nunes, também comprou 5 milhões de santinhos e mais de 1 milhão de adesivos 48 horas antes das eleições de outubro do ano passado.

Ler mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Maia: CCJ só apreciará reforma quando o governo enviar as regras da aposentadoria dos militares

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o projeto da reforma da Previdência só vai ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) após o governo Bolsonaro mandar a proposta sobre as novas regras para a aposentadoria dos militares.

“Não adianta instalar a CCJ porque alguns partidos da base de apoio já disseram que, sem o projeto dos militares aqui na Casa, eles não votam a admissibilidade da reforma da Previdência na comissão”, afirmou Rodrigo Maia.

“Agora, fica no mínimo para depois do

Carnaval. O governo precisa resolver a questão dos militares, os partidos aliados estão deixando claro que não aceitam a exclusão de nenhuma categoria na reforma previdenciária”, acrescentou o presidente da Câmara dos Deputados.

Continua em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Flávio Dino: “estou mesmo me preparando para 2022; vamos enfrentar o laranjal e a turma do mal”

O PCdoB (Partido Comunista do Brasil) do Maranhão realizou sua Conferência Estadual Extraordinária na sexta-feira (22) com a presença do governador Flávio Dino, da presidente nacional do partido, Luciana Santos, e do presidente estadual, deputado federal Márcio Jerry. O evento aconteceu na Assembleia Legislativa do Maranhão.

A presidente nacional do PCdoB, Luciana Santos, saudou o evento e comentou sobre os desafios do partido na atual conjuntura. Ela elogiou o trabalho que Flávio Dino vem realizando à frente do

governo do estado. “Você conseguiu fazer no Maranhão uma verdadeira revolução”, frisou Luciana.

Em seu pronunciamento, o governador maranhense destacou os programas para o desenvolvimento do estado e as políticas governamentais em benefício dos mais pobres. “Estamos ajudando o nosso partido com uma atuação prática. Ofertando serviço em favor da população: políticas públicas, defesa dos direitos do povo, sobretudo aqueles que mais precisam, da classe trabalhadora, dos mais pobres”, afirmou o governador.

Ele confirmou que planeja disputar a Presidência da República em 2022. “Estou mesmo me preparando para 2022. Vocês nem notaram, já estou até com cinco quilos a menos. Vamos enfrentar o laranjal e a turma do mal”, declarou.

“Eu adoro uma eleição, estou doído para disputar mais uma, essa especial. A gente tem que plantar a coisa certa, para colher a coisa certa”, completou Flávio Dino, saudado pela plateia com “Brasil, pra frente, Dino presidente”.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

Meta da ‘reforma’ é impedir a aposentadoria observações de um jurista: [Carta aberta sobre a reforma da Previdência \(PEC 6/2019\)](#).

Guedes está propondo que os trabalhadores morram antes de aposentar-se ou morram de fome, de doença e de aflição depois de aposentar-se – não é uma figura de linguagem – para “economizar” R\$ 1 trilhão e 72 bilhões em 10 anos (e R\$ 4 trilhões e 497 bilhões em 20 anos).

“Economizar” - como Guedes esclarece - é não pagar aos aposentados.

Aliás, é exatamente por isso que ele fala em “economia”.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), que não é um adversário da “reforma da Previdência”, notou, na segunda-feira (25/02), que, com o aumento do tempo mínimo de contribuição, de 15 para 20 anos, a aposentadoria seria inviável para um grande número de pessoas, já que, hoje, “70% já não conseguem se aposentar pelo tempo de contribuição”.

Guedes, além de estabelecer a idade mínima de 65 anos, quer exigir um mínimo de 20 anos de contribuição.

É óbvio que o deputado Maia tem razão, assim como em suas críticas ao rebaixamento para R\$ 400 nos proventos dos mais pobres, aqueles que recebem através do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que hoje recebem um salário mínimo.

Porém, Guedes pretende tirar R\$ 182 bilhões desses idosos mais pobres, que, fora seu benefício, têm renda familiar per capita de 1/4 do salário mínimo.

São, portanto, privilegiados... Para que Guedes quer que as trabalhadoras rurais, por exemplo, somente se aposentem aos 60 anos, depois de 20 anos de contribuição - e contribuição anual de R\$ 600 reais?

Evidentemente, para que elas não se aposentem.

Para que ele quer estabelecer que os idosos mais pobres, que já mencionamos, recebam apenas R\$ 400 por nove anos (dos 60 aos 69 anos), para que só então possam ter direito, aos R\$ 70 anos, a um salário mínimo?

Evidentemente, para que eles não cheguem aos 70 anos.

Assim, Guedes quer desviar R\$ 1 trilhão.

Desviar para quem? Para os que nunca trabalharam, para os parasitas do setor financeiro, para bancos e outros rentistas.

Não é uma ilação. Notemos a euforia:

“O ministro da Economia, Paulo Guedes, já deixou claro que, na avaliação dele, uma economia abaixo de R\$ 1 trilhão é inaceitável. O mercado, no entanto, já precisou de uma desidratada e considera aceitável se, em uma década, o ajuste atingir 60% da promessa de governo, em torno de R\$ 700 bilhões.”

“A estimativa do Citibank, que leva em conta o que ocorreu com a reforma proposta por Temer, é de uma contenção de R\$ 500 bilhões nos próximos 10 anos. A agência de classificação de risco Standard & Poor’s assume um ajuste gradual, convergente com o ganho fiscal do substitutivo, ou seja, algo entre R\$ 450 bilhões e R\$ 600 bilhões no período (cf. “Otimismo mesmo se ganho for 40% menor”, Correio Braziliense, 25/02/2019).

E por aí vai.

Por que o galinheiro financeiro está tão agitado com a proposta de assaltar os trabalhadores em um trilhão, fazendo cálculos, estimativas e adivinhações sobre quando será efetivamente o roubo, etc. & etc.?

Porque o dinheiro é para eles. O que eles estão calculando são os seus ganhos com a “reforma” de Guedes e Bolsonaro.

C.L.

## Molon denuncia artilho do governo na reforma da Previdência para afastar ministros do STF

“O governo está tentando, às escondidas, usar a reforma da Previdência para retirar a idade de aposentadoria dos ministros do Supremo da Constituição Federal, podendo alterá-la com um número de votos menor. Portanto, ele poderá escolher quais ministros mandar para aposentadoria de acordo com seu bel prazer”, denunciou o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ).

O deputado explicou, em entrevista coletiva no salão da Câmara sexta-feira (23), qual é a intenção do governo. Molon lembrou que, em 2015, foi aprovada a chamada “PEC da Bengala”, que aumentava para 75 anos a idade limite para a aposentadoria de certos servidores, modificando o inciso segundo do parágrafo primeiro do artigo 40 da Constituição Federal.

“Esse artigo diz hoje expressamente que serão aposentados compulsoriamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição aos 70 anos de idade ou 75 anos de idade na forma da lei complementar”, disse Molon. “Nas disposições transitórias em seu artigo 100”, prosseguiu o deputado, “está dito que os ministros do Supremo, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão aos 75 anos”.

“Artilhosamente o governo pretende alterar o parágrafo 40, no inciso terceiro, mudando a redação para: serão aposentados compulsoriamente ao atingirem a idade máxima prevista na nova lei complementar de que trata o parágrafo primeiro”, revelou.

O texto continua em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Doleiro relata que Paulo Preto guardava malas de propina em parede falsa

O doleiro Adir Assad relatou que o operador de propinas do PSDB, Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, mantinha malas com dinheiro atrás de uma parede falsa em sua residência. Segundo Assad, em depoimento da sua colaboração premiada, a casa de Paulo Preto, na Vila Nova Conceição, região nobre de São Paulo, serviu em alguns momentos como depósito de dinheiro sujo a ser distribuído. Adir Assad afirmou que chegou a retirar 15 malas com R\$ 1,5 milhão da casa do ex-diretor da Dersa.

Em um dos cômodos da casa, um ateliê de pintura, havia um quadro grande atrás do qual se escondia um cômodo no qual se escondiam as malas de dinheiro. “Um cômodo com prateleiras, onde Paulo deixava guardadas diversas malas, todas cheias de dinheiro”, afirmou Adir.

Paulo Preto foi, entre 2005 e 2006, coor-

denador do grupo de investimentos rodoviários entre o Estado e os municípios, e a partir de 2007 virou diretor da Dersa, estatal que cuida das rodovias do estado.

Ele é investigado em inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) por desvios de ao menos R\$ 100 milhões em recursos do Rodanel.

De acordo com as investigações, Paulo Preto criou uma empresa, denominada P3T, para absorver seus bens, como imóveis e uma lancha. Para os investigadores da Lava Jato, trata-se de uma manobra para blindar bens e evitar confiscos determinados pela Justiça.

A empresa absorveu, logo após sua fundação, quatro apartamentos de Paulo Vieira de Souza e sua esposa, avaliados em R\$ 3,4 milhões, e, depois, o apartamento em que o operador morava antes de ser preso avaliado em R\$ 5 milhões. Além deles, a empresa absorveu uma lancha da Volvo.

## Luciana Santos: ‘vamos reagir à liquidação da Previdência Social

A presidente do PCdoB e vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos, afirmou que é inaceitável “a liquidação da Previdência pública” que está na proposta do governo. Para a presidente do PCdoB, reforma da Previdência é “retirada de direitos dos trabalhadores e do povo”.

“O PCdoB na Câmara dos deputados vai tomar uma posição firme e reagir a essa reforma da Previdên-

cia, fazer oposição clara para combater esse tipo de liquidação da Previdência pública também nas redes e nas ruas”.

Luciana anunciou uma campanha de luta em defesa da Previdência pública. “A jornada de lutas começa no dia 5 de abril com a perspectiva de unir os trabalhadores e trabalhadoras, para que posamos ter uma voz nas ruas e reagir à altura.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

# Protestos marcam os 30 dias do crime da Vale em Brumadinho

“Nosso objetivo é lembrar que há um mês houve essa tragédia provocada pela Vale”, denunciaram os manifestantes. Rompimento da barragem da mineradora deixou 197 mortos e 131 desaparecidos

Não foi fatalidade nem acidente. Foi crime. O lucro não vale a vida”, esta frase estampada em faixas deu a tônica do protesto em homenagem às vítimas do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que aconteceu na cidade, nesta segunda-feira (25), quando completou 1 mês do crime ambiental.

Durante o ato, balões brancos foram levados pelos moradores e uma chuva de pétalas foi jogada de um helicóptero. O Corpo de Bombeiros, as polícias Civil e Militar (PM) e outros órgãos que participaram da operação de resgate foram aplaudidos.

As 12h28, hora em que a barragem se rompeu há um mês, um helicóptero jogou pétalas de rosas sobre o rio. Parentes e amigos dos mortos e desaparecidos amarraram fitas e cartazes na ponte, com mensagens lembrando as vítimas. Os manifestantes fizeram um minuto de silêncio.

Em Belo Horizonte, centenas de pessoas se vestiram de preto para pedir justiça, em frente ao Memorial Minas Gerais Vale, na Praça da Liberdade, Região Centro-Sul de da cidade.

O protesto foi organizado por ambientalistas, artistas e moradores de regiões próximas a barragens de minério. Para a ambientalista, Maria Tereza Corujo, não se pode deixar a tragédia cair no esquecimento. “O nosso objetivo é lembrar que há um mês houve essa tragédia provocada pela Vale e nós não podemos calar nossa voz jamais porque os outros atores todos que deveriam fazer a coisa certa e que não fizeram na época da Samarco querem que isso não seja tratado como crime e isso é muito grave não podemos deixar isso acontecer mais”.

Os ambientalistas também protestaram contra as políticas de licenciamento ambiental adotadas no estado mesmo depois da tragédia e criticaram a volta da mineração na Serra da Piedade, em Caeté, Região Metropolitana da capital mineira.

“A impunidade segue. Houve uma importante vitória do projeto de lei aprovado na Assembleia: ‘Mar de lama nunca mais’. Mas a coisa está tão contraditória que no mesmo dia, no Copam [Conselho Estadual de Política Ambiental] deu a licença para reativação da mineração na Serra da Piedade”, destacou o ambientalista Anderson Ribas de Menezes.

## 179 MORTOS 131 DESAPARECIDOS

Entre 25 de janeiro e este 25 de fevereiro, a procura por sobreviventes e por corpos foi rotina para centenas de militares e voluntários. “O trabalho começa às 5h, quando as equipes se levantam. As 6h30, nós nos reunimos para uma orientação de segurança e de diretrizes do que vai ser feito ao longo do dia. As equipes são lançadas a campo. (...) Ao final do dia, quando as equipes retornam, elas nos dão um feedback de como foi o rendimento do planejamento. Fazemos então, a seguir, uma reunião para planejarmos o dia seguinte e tudo se repete”, disse o tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Anderson Passos.

Segundo ele, ainda não é possível estimar por quanto tempo este esquema de trabalho vai perdurar. De acordo com o último balanço, 179 mortes foram confirmadas. Outras 131 pessoas continuam desaparecidas. A esperança de encontrar sobreviventes dá lugar à tristeza de que a quantidade de mortos será maior do que 300.

O crime da Vale em Brumadinho entrou no mapa das maiores tragédias mundiais em perdas de vidas envolvendo o rompimento de barragens de rejeitos. “Brumadinho vai ficar como segundo ou terceiro lugar das ocorrências mais fatais da mineração. Infelizmente, com o tempo, esse minério vira uma espécie de asfalto, o que dificulta as buscas”, afirma o doutorando em direito ambiental Alexander Marques Silva, autor do livro “Sociedades de risco e barragens de rejeito”.

O número de vítimas só é menor do que um desastre na Bulgária, em 1966, que matou 488 pessoas. Episódios em outros países levaram à mudança na legislação, recuperação ambiental e prisão dos culpados. No

Brasil isso não é uma certeza.

De acordo com a mestre em direito ambiental, advogada Vivian do Carmo Bellezia, a punição no Brasil para casos de desastres com barragens de rejeitos depende muito do entendimento de cada juiz. “A lei brasileira dá desde multa à punição penal, privativa de liberdade. Mas isso é passível de interpretação e está nas mãos dos nossos julgadores. Quem falhou? Que governador, que presidente de empresa não cumpriu as leis?”, apontou.

No caso de Brumadinho, atualmente cinco pessoas foram presas, sendo dois funcionários da consultoria Tiv Súd, que prestava serviço para a Vale e três funcionários da mineradora. Todos foram soltos uma semana depois.

Em 15 de fevereiro, outros oito executivos e técnicos da gigante da mineração foram detidos e seguem em prisão temporária. “Nossa legislação não é ruim. O problema brasileiro é a falta de fiscalização. O próprio empreendedor faz autodeclarações e o poder público deveria fiscalizar”, ressalta Vivian.

## MAR DE LAMA NUNCA MAIS

Para resultar na prevenção e punição mais severas para este tipo de crime ambiental, depois da pressão popular, o governador Romeu Zema sancionou nesta segunda-feira (25) o projeto de lei, aprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) por unanimidade, que determina medidas mais rígidas para a mineração do estado.

O texto que foi aprovado inclui quase todo o conteúdo do projeto que ficou conhecido como “Mar de Lama Nunca Mais”. Este é um projeto de iniciativa popular, ele teve mais de 60 mil assinaturas e foi elaborado após o rompimento da barragem da Samarco, em que Vale é uma das sócias junto a inglesa BHP Billiton.

Entre os principais pontos do texto, está a proibição da instalação de barragens a montante – mesmo tipo das estruturas que se romperam em Mariana, em 2015, e em Brumadinho, neste ano.

O projeto prevê também um caução ambiental, que obriga a empresa a garantir os custos da desativação das barragens e dos possíveis danos socioambientais e socioeconômicos que um desastre envolvendo tais estruturas possa ocasionar.

Outro ponto importante do projeto se refere ao licenciamento das barragens, que pelo projeto deve ser dividido em três fases, Licença Prévia, de Instalação e de Operação. Em cada uma delas, são feitas exigências específicas, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Atualmente, em Minas, é possível que as três sejam emitidas ao mesmo tempo. Com o PL, só se passa para a etapa seguinte do licenciamento, se as condições impostas na fase anterior forem cumpridas.

Para a promotora de Justiça Andressa Lanchotti, o cerne do projeto “Mar de Lama Nunca Mais” está na proibição da construção de barragens em locais onde forem identificadas populações residindo nas zonas de autossalvamento, que é uma área abaixo da barragem, para onde correm os rejeitos caso ocorra um desastre. Se isso ocorrer, em regra, não há tempo hábil para essas pessoas se manterem em segurança, frente à rapidez da onda de inundação.

Um dos destaques do projeto Mar de Lama Nunca Mais é a exigência de que as empresas adotem tecnologias de ponta para a disposição de rejeitos, o que garantiria mais segurança aos empreendimentos. Entre as alternativas, estão a disposição a seco, a filtragem dos rejeitos arenosos e o espessamento dos lamosos.

O procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet, elogiou a iniciativa popular, os movimentos sociais e as instituições que colaboram para a construção do projeto junto à Assembleia. Para ele o Congresso Nacional deve seguir no mesmo caminho trilhado por MG e aprovar uma lei nacional sobre o tema que estabeleça critérios mais rígidos. “Tenho certeza que esse exemplo será seguido, agora, pelo Congresso Nacional”, afirma.



Em Belo Horizonte, centenas protestaram em frente ao Memorial da Vale



Manifestantes exigem a responsabilização dos assassinos de Brumadinho

## Justiça suspende assembleia da Embraer que aprovaria a entrega da empresa para a Boeing

A Justiça Federal de São Paulo emitiu uma liminar nesta sexta-feira (22), onde suspendeu a realização de uma assembleia da Embraer (Empresaria Brasileira de Aeronáutica S.A), marcada para votar um plano para formação de uma joint-venture com a Boeing

que vai gerenciar os negócios de aviação comercial da companhia brasileira, sob controle da fabricante norte-americana. Em julho de 2018, a norte-americana Boeing e a nacional Embraer anunciaram esse acordo de joint-venture para os aviões da companhia brasileira. Esse acordo

entre as empresas estabelece alianças estratégicas por um objetivo comercial em comum, e por tempo determinado.

Na decisão, o juiz Victor Giuzio Neto afirma: “Defiro a liminar para suspender a realização da assembleia-geral extraordinária de acionistas da Embraer prevista para o dia 26 de fevereiro de 2019 até que as irregularidades legais apontadas sejam esclarecidas”.

A decisão do juiz acatou o pedido conjunto de sindicatos de trabalhadores, incluindo o dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, de Araraquara e Américo Brasiliense, de

Botucatu e Região e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

“A liminar confirma os fatos denunciados pelo Sindicato sobre os riscos gerados pela venda da Embraer. Esta decisão tem de ser levada em conta pelo presidente Bolsonaro, que tem o dever de vetar a venda”, afirma o diretor do Sindicato e funcionário da Embraer, Herbert Claros.

A Embraer declarou que “buscará os recursos cabíveis para manter a realização da AGE (assembleia) na data para a qual os acionistas foram convocados”.

## Indenização para vítimas do incêndio é muito alta, diz presidente do Flamengo

Em sua primeira entrevista coletiva desde o incêndio no Centro de Treinamento Ninho do Urubu do Flamengo em 8 de fevereiro, o atual presidente do clube, Rodolfo Landim se queixou do valor das indenizações às famílias dos mortos. A tragédia deixou dez mortos e mais três feridos no dia 8 de fevereiro.

Landim culpou o que considera de “altos valores” pedidos até agora pelo Ministério Público do Trabalho e pela Defensoria Pública pela falta de acordo. Segundo ele, a “jurisprudência” não permite o pagamento das indenizações exigidas.

“O que foi colocado antes do processo de mediação foi um piso de discussão, que nós entendemos que é muito acima de toda e qualquer decisão que aconteceu. O Flamengo quer equacionar com valores acima, mas que já são o dobro da jurisprudência. O que não quer dizer que, se pedirem 10 vezes, 100 vezes o valor da jurisprudência, nós iremos aceitar”, disse Landim.

Ainda, o dirigente disse que o clube contratou um profissional para calcular os valores de pagamento às famílias baseando-se na jurisprudência de casos semelhantes, mas não revelou quais eram esses casos. As famílias contestaram o cálculo. O Ministério Público do Trabalho revelou na quinta-feira a oferta de indenização do Flamengo por tragédia: de 300 a 400 mil reais.



As famílias pedem os valores que foram propostos pelo MPT de R\$ 2 milhões de indenização, mais uma pensão de R\$ 10 mil mensais até o ano em que as vítimas completariam 45 anos. O Flamengo não aceitou.

### NEGOCIAR SEPARADAMENTE

Landim afirmou que o clube quer negociar em separado com cada família o valor das indenizações. “A gente entende que deve conversar em separado com cada família. A gente não abre mão disso [...] não posso garantir que todas vão seguir este caminho. Esta é a nossa vontade”, disse.

Na semana passada, o clube se recusou a fazer um acordo coletivo com as famílias das vítimas. O Ministério Público do Trabalho, em seguida, chegou a pedir o bloqueio de bens do Flamengo.

### AUSÊNCIA

O Flamengo ficou 16 dias indisponível para esclarecer dúvidas da imprensa e da opinião pública. Durante duas semanas, o clube optou por comunicar-se por notas oficiais, além de quatro pronunciamentos, dois do presidente Landim, um do vice-presidente Rodrigo Dunshee e outro do CEO Reinaldo Belotti. Dunshee foi o único que se aventurou a responder os jornalistas, mas se irritou com questionamentos e abandonou a entrevista.

O clube foi intimado pelas autoridades para dar explicações e teve o CT interditado para menores de idade pela Justiça. O Ninho do Urubu continua aberto para trabalhos do time profissional, apesar de ainda não contar com o alvará do Corpo de Bombeiros e acumular notificações da Prefeitura do Rio.



Latifundiário estava solto apesar de condenado em 2ª instância

## Assassino da Irmã Dorothy vai para a cadeia após 14 anos

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, na terça-feira (19/02), que Regivaldo Pereira Galvão, assassino da freira Dorothy Stang, seja, finalmente, recolhido à prisão para cumprir sua pena.

O crime foi em 2005, portanto, há 14 anos.

No entanto, o latifundiário e grileiro Regivaldo Galvão, mandante do assassinato, apesar de condenado em primeira e segunda instâncias a 30 anos de cadeia, estava em liberdade devido a um habeas corpus concedido em maio do ano passado pelo ministro Marco Aurélio Mello.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinara a prisão de Regivaldo Galvão – conhecido como “Taradão” – baseado em jurisprudência do próprio STF.

Mesmo assim, Mello concedeu o habeas corpus a favor de “Taradão”, porque, segundo sua opinião, a execução da pena de um condenado – no caso, a prisão – somente pode acontecer depois que se esgotaram todos os recursos possíveis.

Apesar do assassino ter sido condenado duas vezes, com pedidos de habeas corpus recusados tanto pelo STJ, quanto, em 2017, pela própria Primeira Turma do STF, Mello, em 2018, soltou “Taradão”, até que todos os recursos se esgotassem – algo que, no sistema de recursos brasileiro, dependendo do dinheiro que possui o réu para contratar bons advogados, pode jamais acontecer.

Galvão foi condenado pela Segunda Vara do Tribunal do Juri da Comarca de Belém, em 2010, e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Porém, Mello considerou que a execução da pena – isto é, a prisão de “Taradão” depois de mais de uma década do assassinato da Irmã Dorothy – era “açodada, precoce e temporária” (cf. Medida Cautelar no Habeas Corpus 151.819, Decisão, 21/05/2018, p. 5).

Na mesma decisão, o ministro determinou que o assassino em liberdade mantivesse “postura que se aguarda do cidadão integrado à sociedade” (cf. idem).

A Irmã Dorothy foi morta, aos 73 anos, com uma bala na cabeça e cinco outras balas em várias partes do corpo, no dia 12 de fevereiro de 2005, em Anapu, no Pará.

O motivo foi a defesa, pela religiosa, de que terras públicas fossem destinadas a pequenos camponeses – as mesmas terras que “Taradão” e seus comparsas queriam grilar.

Na última terça-feira, o ministro Mello manteve sua posição contra a prisão após a condenação em segunda instância.

Disse ele, como relator do processo: “A Constituição Federal prevê em bom vernáculo, em bom português, o princípio da não culpabilidade. E é incompatível com esse princípio a denominada execução da pena, quando ainda não há portanto o trânsito em julgado do título condenatório. Estou deferindo a ordem [de manter Taradão solto].”

Essa confusão entre o princípio da não culpabilidade e o princípio da impunidade é uma característica dos mais extremados defensores de que a prisão somente pode se efetuar depois de esgotados todos os recursos.

E sintomático que nenhum deles se comova com os milhares de pobres que estão na cadeia, muitas vezes sem que haja sequer julgamento em primeira instância.

Na terça-feira, a divergência com Mello foi aberta pelo ministro Alexandre de Moraes, que lembrou:

“[trata-se de] um caso gravíssimo, homicídio duplamente qualificado, em que a própria Turma, em 18 de agosto de 2017, por maioria de votos, indeferiu a ordem de um habeas corpus à época ainda durante a instrução processual, revogando a liminar. Agora esse novo habeas corpus se dá em razão da condenação em segunda instância. A posição majoritária da Turma é a manutenção de prisão, a possibilidade de execução da pena. Então eu voto pelo indeferimento da ordem.”

Em seguida, o ministro Luís Roberto Barroso acompanhou Alexandre de Moraes: “Os fatos ocorreram em 2005. E estamos em 2019. É boa hora de cumprir a pena”.

Realmente, 14 anos é um tempo além do razoável para a punição desse crime covarde.

A ministra Rosa Weber e o ministro Luiz Fux acompanharam, também, o ministro Alexandre de Moraes.

Por 4 votos a 1, foi revogado o habeas corpus a favor do assassino de Dorothy Stang.

# Acesso a PIS/Pasep poderá acabar para 23,4 milhões de trabalhadores



**“Reforma provocará aumento da desigualdade social e da pobreza”**

## Entidades do serviço público dos mais diversos segmentos repudiam reforma da Previdência

As entidades representativas dos servidores públicos, dos mais diversos segmentos, divulgaram, na sexta-feira (22), nota contra a reforma da previdência enviada por Bolsonaro/Guedes na última quarta-feira (20). A nota denuncia que a matéria “como apresentada, joga para a população e para os servidores públicos a responsabilidade pela má gestão do dinheiro público, da corrupção, da sonegação fiscal e da dívida ativa da União.”

Estão entre as entidades que assinam a nota a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), entre outras.

A nota defende que a proposta tem como interesse transferir a previdência pública “veladamente”, deixando os trabalhadores a mercê das instituições financeiras e das variações do mercado financeiro.

“Se os benefícios e serviços da Previdência Social reduzirem-se a produtos de mercado, isentando o Estado do dever de assegurar o direito fundamental à previdência social e de preservar a dignidade de aposentadorias e pensões, as consequências para as atuais e futuras gerações serão danosas.”

Além disso, “traz consigo o corte radical de gastos com comprometimento de direitos sociais, sem a realização de um amplo debate com a sociedade civil e sem avaliar de forma atenta as consequências de suas escolhas. Medidas restritivas e excessivamente austeras gerarão aumento da desigualdade social e da pobreza, e não o contrário.”, diz a nota.

A nota diz ainda que tal proposta “promove uma inadequada desconstitucionalização da previdência social brasileira”, para que possa aprovar os ataques aos direitos do povo de se aposentar via “à vontade da lei infraconstitucional, sob quóruns parlamentares bem inferiores àquele necessário para aprovar uma emenda constitucional.”, ou seja, para que possa ser alterado por lei complementar, para a qual bastaria 50% mais um dos votos no Congresso para aprová-la. Diferente da Constituição, que para ser alterada, necessita de 3/5 dos votantes.

“Caso aprovado o texto em questão, haverá grave incerteza quanto ao futuro das populações protegidas [...] configurando retrocesso nos âmbitos da proteção social e da segurança jurídica dos cidadãos.”

O projeto apresentado institui o regime obrigatório de capitalização individual no lugar do atual regime previdenciário que, além de deixar os trabalhadores na mão do sistema financeiro, “tenderá a corroer o valor dos benefícios previdenciários no futuro, reduzindo o poder aquisitivo dos segurados, e especialmente dos mais pobres.”, provocando, a médio e longo prazos, a extinção do “sistema constitucional de repartição, [...] na medida em que se venha a suprimir as contribuições de governos e empresas para a constituição dos fundos capitalizados de aposentadorias”, uma vez que as contribuições patronais não serão obrigatórias.

Sendo assim, a reforma da previdência de Bolsonaro/Guedes abolirá “o centenário tripé de sustentação da Previdência Social (patrão, trabalhador, governo).”

“A PEC n. 06/2019 ainda elimina o caráter público das fundações de previdência complementar dos servidores públicos, além de facultar que os respectivos fundos sejam integralmente geridos por entidades abertas de previdência, mediante simples licitação, o que significa privatizar fundos, gestão e meios, sem garantias para o servidor (inclusive para aqueles que, tendo ingressado no serviço público antes de 2004, optaram por migrar para o regime de previdência pública complementar, confiando nas balizas predispostas pela EC nº 41/2003).”

A nota defende quer se a PEC for aprovada nos moldes que foi apresentada, provocará a “fuga dos segurados da Previdência Social, dada a virtual inatingibilidade dos requisitos para obtenção dos benefícios vitalícios, como a aposentadoria.”, uma vez que “no plano da assistência social, idosos carentes, tendo entre 60 e 70 anos, poderão ter de sobreviver com R\$ 400,00 ao mês. [...] Exigindo 65 anos de idade para acesso ao benefício integral para homens e mulheres.”

Tais “mudanças tão drásticas e draconianas configuram risco circunstancial de agressão à Constituição Federal” e culpabilizam a população “pela má gestão do dinheiro público, da corrupção, da sonegação fiscal e da dívida ativa da União”. A reforma que Bolsonaro/Guedes apresentam como a construção de “sistema justo e igualitário”, na realidade provocará “aumento da desigualdade social e da pobreza, e não o contrário.”, conclui a nota.



## “Governador não pode resumir seu papel a mero corretor de imóveis da Ford”, diz sindicato

O governador de São Paulo se reuniu com o representante da montadora norte-americana no Brasil, Lyle Watters, na quinta-feira, 21, no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, após a empresa ter anunciado que irá fechar sua fábrica em São Bernardo do Campo (SP), ainda este ano.

Após a reunião, Doria disse que “não há preocupação imediata dos funcionários da Ford, na perda de seus empregos. Vai continuar normalmente. Ao longo desse período, o governo vai ajudar a Ford a encontrar um comprador para o parque fabril para que ali possam permanecer os trabalhadores, ainda que com uma nova marca assumindo o parque industrial”, disse Doria.

O sindicato dos Metalúrgicos do ABC criticou a postura do governador. Para a entidade, o papel de Doria nas negociações com a montadora se resume a um “mero corretor”. E



## Diante da ameaça de fechamento da empresa, trabalhadores continuam em greve

diz que o governador negou a presença do sindicato na reunião.

“O governador não pode resumir seu papel a mero corretor de imóveis da Ford”, disse o presidente do sindicato, Wagner Santana. Segundo a entidade a Ford está tentada vender a fábrica há mais de um ano. “Essa opção já vem sendo tentada há mais de um ano”.

Os mais de 3.200 funcionários da Ford decidiram no dia (19), em assembleia na empresa, entrar em greve imediatamente, após o anúncio da decisão de encerramento da produção da Ford.

O sindicato afirma que irá aos EUA para dialogar com a matriz da Ford. A entidade afirma que a Ford concordou em organizar uma reunião do sindicato e a direção mundial da montadora para discutir o futuro da fábrica de São Bernardo.

Em outra ação para evitar as demissões em massa, o sindicato disse que se reuniu com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e ficou definido que no dia 28, às 14h, uma reunião ocorrerá entre sindicato, empresa, Prefeitura e MPT para tratar do assunto.

Com a restrição, apenas 2,17 milhões de trabalhadores continuariam aptos a receber o benefício, segundo dados de 2017

O abono salarial PIS/Pasep poderá acabar para 23,4 milhões de trabalhadores, se a proposta de mudança de critério para ter acesso ao benefício, prevista na reforma da Previdência do governo Bolsonaro, for aprovada.

A proposta do governo prevê o pagamento do abono do PIS/PASEP somente para quem ganha até um salário mínimo mensal. Hoje têm direito ao benefício o trabalhador com carteira assinada por pelo menos 30 dias no ano, e que ganhe até dois salários mínimos.

O abono do PIS deve ser pago somente para quem ganha até um salário mínimo mensal, segundo a proposta do governo. De acordo com os atuais critérios para o recebimento do abono, o benefício pode ser pago para trabalhadores com carteira assinada por pelo menos 30 dias no ano, para os que ganham até dois salários mínimos.

Com a mudança, 23,4 milhões de pessoas seriam excluídas dos programas de Integração (PIS) e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), que servem como um 14º salário pago para trabalhadores de empresas privadas ou servidores públicos de baixa renda. Se a proposta emplacar, deixariam de atender os critérios de concessão do benefício 91,5% do total de pessoas que hoje podem receber o

benefício anual, que chega a um salário mínimo, R\$ 998.

Com a restrição, apenas 2,17 milhões de trabalhadores continuariam aptos a receber o benefício, segundo dados de 2017 informados pelas empresas ao antigo Ministério do Trabalho, hoje incorporado ao Ministério da Economia, e levantados pelo site Trabalho Hoje.

A proposta, se aprovada, exclui milhões de pessoas dos programas de Integração (PIS) e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), que servem como um 14º salário pago para trabalhadores de empresas privadas ou servidores públicos de baixa renda.

A proposta não prevê mudança na forma de pagamento do abono, regra essa já alterada no final de 2014, pela então presidente Dilma Rousseff (PT), que através de uma medida provisória convertida em lei, estabeleceu o pagamento do benefício de acordo com tempo de trabalho.

A Proposta de Emenda à Constituição (6/2019) foi entregue na Câmara dos Deputados na última quarta-feira, 20. Para ser aprovada a PEC precisa passar por dois turnos de votação na Câmara e dois no Senado, além de conseguir três quintos dos votos em cada uma das Casas, isto é, 308 votos na Câmara e 49 no Senado.

## “Proposta para aposentadoria dos agricultores “é injusta e penaliza ainda mais as mulheres”, diz Contag

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) reagiu com indignação à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo. Para a entidade, a proposta, além de inviabilizar a aposentadoria para a maioria dos trabalhadores rurais, penaliza ainda mais as mulheres agricultoras familiares.

A CONTAG avalia a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo Governo Bolsonaro ao Congresso Nacional como “injusta, excludente e machista”.

“Não é justo realizar uma reforma da Previdência prejudicando exclusivamente trabalhadores e trabalhadoras que recebem salário mínimo, que produzem alimentos para toda a população e desenvolvem o meio rural brasileiro, enquanto categorias que acumulam benefícios

e privilégios continuam inatingíveis e gerando gastos exorbitantes aos cofres públicos”.

“Uma das propostas é igualar a idade entre homens e mulheres em 60 anos. Atualmente, as seguradas especiais aposentam a partir dos 55 anos e os segurados especiais a partir dos 60 anos. Se for aprovada, a partir de 1º de janeiro de 2020, a idade de aposentadoria das mulheres será acrescida em 06 (seis) meses a cada ano, até atingir 60 (sessenta) anos”, destaca a entidade.

Além disso, a reforma prejudica idosos que não conseguem se aposentar e têm que recorrer ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). “O governo pretende elevar a idade de 65 anos para 70 anos para a pessoa em situação de miserabilidade ter acesso ao BPC no valor de 1 salário”, denuncia a Contag.

## Os arrombadores da Previdência (2)

Continuação da tabela 2 da página 8

MUNICIPIO DE MARITUBA	64.070.879,91
ESTADO SANTA CATARINA	63.915.931,02
MUNICIPIO DE CAJAMAR	62.780.768,29
MUNICIPIO DE SANTA INES	62.727.727,98
MUNICIPIO DE MOGI GUACU	62.231.387,70
MUNICIPIO DE RIO LARGO	61.139.313,14
MUNICIPIO DE RIBEIRAO DAS NEVES	60.674.000,40
MUNICIPIO DE PAULINIA	58.449.582,28
MUNICIPIO DE PORTO SEGURO	57.742.440,87
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	57.585.361,25
MUNICIPIO DE SAO VICENTE	56.928.468,05
MUNICIPIO DE COARI	55.573.108,06
MUNICIPIO DE SEABRA	51.454.782,48
MUNICIPIO DE BARRA DO CHOCA	51.320.037,11
MUNICIPIO DE PARINTINS	51.163.096,68
MUNICIPIO DE CANINDE DO SAO FRANCISCO	51.017.854,05
MUNICIPIO DE RIO FORMOSO	50.997.903,54
MUNICIPIO DE PORTO DA FOLHA	50.713.858,78
MUNICIPIO DE PENEDO	50.684.933,90
MUNICIPIO DE TRES RIOS	50.606.097,58
MUNICIPIO DE BREVES	50.381.110,13
MUNICIPIO DE SALVADOR	50.294.222,34
MUNICIPIO DE COROATA	49.387.966,38
MUNICIPIO DE SIMAO DIAS	48.495.017,29
MUNICIPIO DE BRAGANCA	48.453.013,97

# Araújo distorce atritos na fronteira para tensionar Brasil com Venezuela



Guarda da Venezuela agiu com contenção na fronteira com o Brasil

## A propósito de ser cego

Na matéria do educador venezuelano, Javier Antonio Vivas Santana, é apontado o crescente isolamento do que ele denomina de 'madurismo' em meio a galopante inflação, salários irrisórios e falta de insumos e medicamentos. Seguem os principais trechos do artigo originalmente divulgado pelo portal Aporrea.

JAVIER VIVAS SANTANA\*

Se algo ficou em evidência com os fatos dos dias 22 e 23 de fevereiro é que o 'madurismo' está tão só que sequer apareceram os diplomatas da Rússia e China para acompanhá-lo nos espaços fronteiriços, ou desde as tribunas midiáticas do país com o propósito de condenar as supostas forças invasoras que vinham se apoderar das riquezas da Venezuela.

De fato, não apenas o 'madurismo' apelou a todo seu jeito autoritário e ditatorial para comunicar e sabotar as ações da ajuda humanitária como que, apesar de dizer que conta com mais de 70% de apoio popular, teve que suspender de maneira indefinida, por sinal de satélite e de cabo, todos os canais que transmitiam o concerto Venezuela Aid Live, entre os quais estavam National Geographic, e ainda restringiu os portais informativos, a ponto de ter que bloquear o navegador do Google incluindo o YouTube, buscando desesperadamente que o povo não tivesse acesso à informação veraz e oportuna, fato que se originou na tarde de 22 de fevereiro, e que se estendeu durante todo o dia seguinte.

E nos perguntamos: se é verdade que eles têm mais de 70% de apoio popular, como dizem os 'maduristas', para que suspender tais canais, se ademais são um governo "democrático"?

Igualmente se, como afirmam eles, esse concerto organizado pela oposição foi um fracasso, para o qual inclusive chamaram artistas "insubstanciais", cantores como Reynaldo Armas - o que dizer de Cristóbal Jiménez? -, como é isso de que o outro evento musical que o 'madurismo' havia planejado foi suspenso imprevistamente, se este ia estar abarrotado de "povo"? É algo estranho, primeiro, suspender canais de televisão evitando que a população pudesse ver o fracasso de um concerto organizado por forças imperialistas, e segundo, suspender o outro concerto que seria um "êxito rotundo". A verdade é que os 'maduristas' não se cansam de justificar suas próprias torpezas.

Na mesma medida, pode chamar-se de "triunfo" e dizer que temos um país em "paz", quando o 'madurismo' tem que fechar todas suas fronteiras para evitar que entrassem alimentos e medicamentos para o país, e pior ainda, terminar com um saldo de dois indígenas pemones assassinados e mais de uma dezena de feridos no sul do estado Bolívar, sem obviar que esse grupo indígena assegura ter retidos mais de 35 efetivos militares, entre eles o comandante geral dessa zona, assim como o controle de aeroporto de Santa Elena de Uairén?

Como falar de "triunfo" e "paz", inclusive chegando ao extremo de dizer que estão "felizes", quando o secretário geral da Organização de Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, assegura que houve não menos de 285 feridos? Isso é "paz"? Isso é um triunfo? O insólito é que só neste 23 de fevereiro as autoridades colombianas confirmaram que mais de 60 militares abandonaram seguir as ordens do 'madurismo, e estes agora são

chamados "infiltrados e terroristas" pela boca de indivíduos como Freddy Bernal que sem ser autoridade militar, surgia como porta-voz da Força Armada, algo que evidentemente demonstra o nível paramilitar do regime que usurpa o poder na Venezuela.

'Maduristas' dizem que "a Venezuela amanhece em paz". Suponho que à hiperinflação de 2.000.000%, salários e pensões de 0,15 centavos de dólar diários para 4 milhões de funcionários públicos e 3 milhões de homes e mulheres da terceira idade, escolas destruídas, hospitais sem insumos e medicamentos, milhares de dólares em perdas materiais, todas as fronteiras fechadas e bloqueadas, sem energia elétrica e sem água em muitos povoados e cidades, com militares abandonando a vergonhosa cadeia de comando do regime usurpador de Miraflores, mortos e feridos pelas balas dos coletivos armados, grupos indígenas violados em seus mais elementares direitos incluindo à vida; a isso os 'maduristas' chamam de "paz" e "triunfo".

Se isso é uma maneira de "conseguir a paz e o triunfo", tendo os coletivos armados como o único grupo claro e visível que lhes acompanha, a única verdade é que embora disfarcem o verbo e a semântica, a derrota do 'madurismo' está anunciada. Não poderão evitar o inevitável. A queda do regime é iminente. Não poderão seguir resistindo por muito tempo a imensa pressão internacional e do povo de Venezuela. A propósito de ser cego. Quem tiver olhos que veja.

\* Mestre em Ciências Sociais e Língua e Doutor em Educação, professor da Missão Sucre. Escreve no portal Aporrea.org

## União Europeia e até Grupo de Lima são contra intervenção militar na Venezuela

"Há que se evitar uma intervenção militar", afirmou a União Europeia em resposta às reiteradas declarações de Washington e seu 'presidente encarregado' Juan Gaidó de que "todas as opções estão sobre a mesa", após o fiasco da provocação da ajuda forçada 'humanitária' à Venezuela no fim de semana.

"A posição da UE é muito clara", acrescentou porta-voz da Alta Representante de Política Externa, Federica Mogherini. O que a Venezuela precisa é de "uma saída pacífica, política e democrática, o qual, evidentemente, exclui o uso da força".

Mesmo na reunião do Grupo de Lima - conformado dos ordens de Washington para acelerar a ingerência na Venezuela -, ficaram isoladas as vozes a favor de "todas as opções sobre a mesa", isto é, da intervenção armada estrangeira.

Em sua declaração no encontro do dia 25, está estabelecido que, "Os países presentes reiteram sua convicção de que a transição para a democracia deve ser conduzida pelos próprios venezuelanos pacificamente e em respeito à Constituição e ao direito internacional, apoiada pelos meios políticos e diplomáticos, sem o uso da força".

Desde Sharm El Sheik, no Egito, onde se realizava a cúpula Europa-Árabes, declaração dos 28 países integrantes da UE, articulada por Mogherini, reafirmou que "as origens da

crise atual da Venezuela são políticas e institucionais; daí que a solução só pode ser política".

A maior parte da UE reconheceu Guaidó, mas aceita conversar com Caracas sobre eleições e ajuda humanitária via ONU e Cruz Vermelha, e integra grupo de mediadores junto México, Uruguai e Comunidade do Caribe (Caricom).

Horas antes, o chanceler espanhol Joseph Borrell advertira que "não apoiaremos, e condenaremos firmemente, qualquer intervenção militar estrangeira, que esperamos que não se produza".

Antes mesmo da cúpula em Bogotá, Chile e Peru, dois governos bastante alinhados à Casa Branca, já haviam dito estar contra a intervenção militar externa. "Reiteramos e enfatizamos que o Chile apoia uma solução política e pacífica", afirmou o chanceler Piñera, Roberto Ampuero. "O Chile não está disponível para outro tipo de alternativa". O presidente peruano Martín Vizcarra antecipara não achar "apropriado ou oportuno uma intervenção militar", após asseverar que considerava "irreversível" a queda de Maduro.

O presidente Evo Morales - cujo país não faz parte do Grupo de Lima por motivos óbvios - postou mensagem voltada aos "irmãos presidentes", em que registrou que "respeitando nossas diferenças políticas e como líderes democraticamente eleitos, lhes peço, com muito respeito, que busquem uma so-

lução mediante o diálogo como opção para salvar vidas e evitar que a guerra traga destruição à nossa América Latina".

Naquilo que o El País chamou de "rotundo não" à opção militar como saída para a crise venezuelana, o vice brasileiro, general Hamilton Mourão, afirmou na cúpula que "nunca foi uma opção" e que "advogamos pela não intervenção". "Que eu saiba, ninguém está apostando em uma opção militar", asseverou. E precisou "paciência e resiliência". De acordo com ele, a operação para devolver a Venezuela ao "concerto democrático americano" é possível "sem qualquer medida extrema que nos confunda com aquelas nações que foram julgadas pela história como agressoras, invasoras e violadoras das soberanias nacionais".

"Respeitamos os princípios de territorialidade e o princípio de não intervenção, pelo que rechaçamos qualquer solução militar ou ameaça de uso da força", disse o presidente guatemalteco Jimmy Morales.

Na cúpula, o vice-presidente dos EUA Mike Pence transmitiu as saudações do "grande defensor da democracia, Donald Trump", anunciou sanções contra três governadores e voltou a exigir dos militares venezuelanos a derrubada de Maduro, "ou vão perder tudo". Ele cobrou, ainda, do Grupo de Lima a adesão total às sanções de Trump, para capturar bens da PDVSA, a petroleira estatal venezuelana, e transferi-los a Guaidó.

## Marea Socialista repudia a "intervenção externa e a decadência madurista"

A organização venezuelana Marea Socialista emitiu, no domingo, 24, uma declaração em que avalia a jornada do dia 23 de fevereiro e a tentativa de introduzir uma suposta "ajuda humanitária", à margem das convenções e regras internacionais, como uma "cortina de fumaça" para encobrir o detonante de uma operação intervencionista no país.

Esse operativo "foi um fracasso", segundo a Marea, mas o considera apenas como a "antessala de uma escalada maior".

O movimento esclarece que "não por rechaçar o intervencionismo e as ações da direita tradicional deixamos de enfrentar o autoritarismo e as políticas antioperárias de Nicolás Maduro". Precisamente por distanciar-se dos dois extremos da polarização, a direção de Marea, insiste em que "é necessário apelar para uma consulta popular constitucional para que seja o povo quem decida a solução do conflito que gera o enfrentamento de um governo paralelo como instrumento dos EUA, com um governo nefasto que tem o povo venezuelano farto, como é o madurista". Para MS, "a re-legitimação de todos os poderes em eleições gerais deve-se submeter a um referendo consultivo, como uma alternativa democrática para superar esta situação que nos tem entre a espada e a parede, entre a guerra e a fome". Assim se expressaram Zuleika Matamoros, Gustavo Martínez e Gonzalo Gómez, membros da equipe nacional que dirige essa corrente política.

"Em meio a esta situação, levantamos a bandeira do referendo consultivo, por uma parte, como uma alternativa democrática para buscar, com a participação do povo soberano, uma possível solução do conflito atual na Venezuela, que possa evitar a intervenção e a guerra. Por outra parte, propomos o Referendo como uma maneira de diferenciar-nos das duas cúpulas que hoje se disputam o poder às custas do sofrimento dos trabalhadores e do povo. Igualmente tentamos abrir outro caminho, com o reagrupamento de lutadores, personalidades, grupos e correntes políticas da esquerda e do 'chavismo crítico', assim como de setores do centro político, que não estão nem com Maduro e nem com Guaidó; isso com a finalidade de procurar o surgimento de uma terceira força, de caráter autônomo, que escape aos condicionamentos da polarização entre a administração madurista e os setores capitalistas que se refletem na direita tradicional com o respaldo imperialista", afirma o documento.

Sobre o objetivo desse novo caminho, a Marea assinala que "se trata de dar-nos a oportunidade de discutir o país, sua economia, o uso de seus recursos e o modelo produtivo em um processo democrático dos trabalhadores e o povo. E tratar de resgatar um verdadeiro processo constituinte, que permita de algum modo recuperar o protagonismo político da classe trabalhadora e dos setores oprimidos".

## Em referendo, cubanos aprovam Constituição por 86,65% a 8,15%

O presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros de Cuba, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, comemorou a participação de 84,53% dos eleitores (mais de 7,8 milhões), para referendar a nova Constituição do país. Dizendo-se "mais do que otimista, me sinto seguro, porque tanta gente boa não pode estar equivocada. Por isso hoje é um dia de continuidade, de reafirmação e de unidade".

De acordo com o presidente, a nova Constituição "dignifica e enaltece os valores do povo cubano, o legado de Martí, de Fidel, de Raúl; é uma Constituição que amplia os direitos para todos, que formula um Estado socialista de direito".

Do total de votos apurados, 95,8% foram validados dos quais 86,65% votaram "Sim" e 8,15% votaram "Não".

Na avaliação de Díaz-Canel, "o processo eleitoral cubano não pode se ver distanciado do contexto de ameaças imperiais" que nos vemos mergulhados, que ampliam pressões beligerantes e movimentos pelo retrocesso na região. Por isso, sublinhou, "estamos votando também pela América Latina e o Caribe".

"Nós cubanos estamos votando unidos", sublinhou Díaz-Canel, "porque nada do que ocorre no mundo está nos distraíndo das batalhas cotidianas que temos, fun-

damentalmente na economia, na preparação para a defesa e em todos os âmbitos da sociedade".

"O mundo melhor ao que todos aspiramos não é com neoliberalismo, é com socialismo, o qual temos que seguir aperfeiçoando e buscar uma melhor reforma econômica aos nossos problemas, porque, socialmente, já demonstrou que é o mais justo", destacou o presidente cubano.

Elogiando a riqueza do novo texto constitucional, alcançado a partir da construção coletiva em um profundo debate, Díaz-Canel frisou que o resultado representava "um sim por Cuba, pela revolução e pelo futuro", "que nos permitirá destruir processos e avançar de maneira mais decidida".

A presidenta da Comissão Nacional Eleitoral (CEN), Alina Balseiro Gutiérrez qualificou a "jornada massiva" como uma vitória da consciência popular e da profunda cultura política, pois os 84,4% de participação representaram uma cifra superior à segunda etapa das eleições gerais realizadas em março do ano passado.

As urnas estiveram distribuídas em 24.297 colégios e 12.513 circunscrições eleitorais, 198 colégios especiais, e envolveram mais de 400 mil pessoas, entre autoridades, supervisores, colaboradores, pioneiros (crianças) e grupos de recepção e contagem de votos.

Ao final do chamado "Dia D", com choques entre 'manifestantes' e Guarda Venezuelana na fronteira com Brasil tendo causado um ferido, a nota do chanceler falava em "várias vítimas fatais e dezenas de feridos"

Depois do fracasso da participação na tentativa de forçar a entrada na Venezuela de uma suposta "ajuda humanitária" sem qualquer coordenação com o governo do país vizinho, no dia 23 e, ao contrário, dizendo desconhecer o governo do país vizinho, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, lançou uma nota falaciosa onde diz que "O governo do Brasil expressa sua condenação mais veemente aos atos de violência perpetrados pelo regime ilegítimo do ditador Nicolás Maduro, no dia 23 de fevereiro, nas fronteiras da Venezuela com o Brasil e com a Colômbia, que causaram várias vítimas fatais e dezenas de feridos".

Diz ainda que "O uso da força contra o povo venezuelano, que anseia por receber a ajuda humanitária internacional, caracteriza, de forma definitiva, o caráter criminoso do regime Maduro".

O desenrolar dos fatos, no entanto, não atestam as afirmações de Araújo, longe disso.

No dia 23, pomposamente denominado de "Dia D", algumas dezenas de provocadores, nitidamente a serviço de criar um clima de insegurança, partiu do território brasileiro para atirar pedras e coquetéis molotov sobre os membros da Guarda da Venezuela que cuidavam do outro lado da fronteira e que garantiam o cumprimento do seu fechamento decretado pelo seu governo.

Encapuzados provocaram atritos na fronteira no dia 23 - G1

Um posto de fronteira pertencente às forças venezuelanas foi incendiado. A bandeira da Venezuela que fica ao lado da brasileira na fronteira, foi arrancada do mastro. Os policiais venezuelanos se limitaram a devolver as pedras recebidas e lançar algumas bombas de gás lacrimogêneo.

Portantol do "crime" mencionado na invectiva do chanceler, resultou um ferido após os confrontos de todo o dia. Quer dizer, o que os acontecimentos na fronteira brasileiro-venezuelana, deixam claro é que o que houve foi um nível de contenção - por parte das forças de segurança do país vizinho - que seria surpreendente em qualquer confronto resultante da repressão policial a qualquer manifestação por aqui, seja na Avenida Paulista, ou em qualquer lugar, do país ou mesmo raro em qualquer ponto do planeta.

Araújo cita também os conflitos na fronteira entre Venezuela e Colômbia (neste caso, caminhões com mantimentos foram incendiados do lado colombiano para que se colocasse a culpa na Guarda da Venezuela). Também houve na Colômbia um grupo de desertores da forças venezuelanas que tentaram com um blindado romper um dos containers que fechavam ponte na fronteira.

Além disso, no interior da Venezuela, na cidade de Santa Elena de Uairén, cujo prefeito é opositor (e que depois fugiu para o Brasil) a destruição causada por "guarimberos" (como são chamados os provocadores pelos venezuelanos) foi mais generalizada. Em vídeo divulgado pelo portal G1, na cidade distante 70 quilômetros da fronteira, uma moradora mostra a destruição com diversos ônibus e veículos incendiados.

Há informações de que desta conflagração resultaram 4 mortos e 25 feridos. Mas os próprios denunciadores falam em "milicianos de

Maduro" que agiram para defender a cidade.

O que se pode concluir é que de fato houve violência no dia 23. Mas ela partiu de elementos instigados pela oposição, enquanto que, ao contrário do que fenta passar Araújo, os militares venezuelanos em todos os episódios que se pode acompanhar aqui do Brasil, agiram de forma contida, evitando assim cair em uma provocação orquestrada pelos autoproclamado "presidente interino" Juan Gaudió e aqueles que o cercam.

Na continuação da nota, o chanceler brasileiro se estriba nas tais denúncias de "violência do regime contra o povo venezuelano", para incitar outros governos que estão decididos a reconhecer a soberania da Venezuela e que entendem que cabe aos venezuelanos resolver suas questões internas, a deixarem de fazê-lo e a se juntarem ao Brasil na aventura, que parte de Washington, de "libertação da Venezuela".

Aventura que, diante das ações e declarações do Ministério da Defesa ou das palavras do vice-presidente Hamilton Mourão, na reunião do dia 25, em Bogotá está bastante esvaziada.

### ENTENDIMENTOS

O desenrolar dos acontecimentos de domingo demonstram de forma ainda mais clara de onde foram direcionados os distúrbios pois, quando houve interesse de agir por parte das Forças Armadas do Brasil, contendo os venezuelanos do lado brasileiro da fronteira, houve recíproca do lado venezuelano. A partir da ação conjunta, a calma se estabeleceu na região de fronteira.

O dia 24 começou com novos confrontos entre "manifestantes" que jogaram pedras contra militares venezuelanos. Estes responderam com bombas de gás lacrimogêneo.

O entretanto só cessou depois que contingentes da Força Nacional e da Polícia Rodoviária Federal (por volta das três da tarde) formaram uma barreira de contenção evitando que as provocações a partir do território brasileiro prosseguissem.

O coronel José Jacaúna informou que a barreira vai permanecer até que cesse a tensão. "A contenção é para evitar confrontos e assim garantir a integridade física de todo mundo que está aqui", afirmou o coronel.

O Ministério da Defesa esclareceu em nota que "intercedeu para que novos incidentes na linha da fronteira, envolvendo venezuelanos e a Guarda Nacional Bolivariana, não voltem a se repetir".

"Os veículos antidistúrbios, que estavam na barreira montada no país vizinho, recuaram imediatamente", afirma ainda a nota.

O Ministério da Defesa esclarece, também, que para que os distúrbios cessassem houve entendimentos entre militares dos dois países: "Militares brasileiros e venezuelanos negociaram, no local, e foi entendida a inconveniência da presença desse tipo de aparato militar".

Em contraste com a declaração e a ação do Ministério da Defesa, a nota do ministro é uma continuação de suas atitudes anteriores de jogar o Brasil contra o país vizinho. Tais invectivas mentirosas do dia 23 foram precedidas por atitudes que não condizem com a função e muito menos com as tradições do Itamaraty ao lidar com as relações com os países que nos fazem fronteira.

## Washington estende trégua comercial com a China

Com uma tuitada, o presidente Donald Trump anunciou que o prazo da trégua comercial com a China, que se encerraria no dia 1º de março, foi ampliado, em decorrência de “progressos substanciais” nas negociações com Pequim.

Ele manifestou a expectativa de futura cúpula em Mar-a-Lago, sua casa de praia na Flórida, com o presidente chinês Xi Jinping “para concluir um acordo”.

Sem dar detalhes, Trump postou que os avanços são em “importantes questões estruturais”, como “proteção à propriedade intelectual, transferência de tecnologia, serviços, moeda e muitas outras questões”. O prazo de 1º de março era para imposição de tarifas adicionais de até 25% sobre bens chineses no valor de US\$ 200 bilhões. A trégua, de 90 dias, fora acertada por Xi e Trump durante a última cúpula do G20.

Segundo o Global Times, jornal chinês de língua inglesa que costuma expressar pontos de vista do governo de Pequim, “depois de uma guerra comercial que durou quase um ano e sete rodadas de negociações comerciais de alto nível, os dois lados estão prestes a redigir o texto para o acordo”, o que classificou de “resultado difícil de obter” - e que ainda precisa da aceitação “do público de ambos os países”.

A publicação acrescenta que o acordo “realmente redefinirá as relações comerciais China-EUA na nova era”. Mas, como o outro lado da moeda é a tentativa de banir a gigante das telecomunicações chinesa, a Huawei, das novíssimas redes 5G, o que inclui até pedido de extradição da filha do fundador da empresa, presa no Canadá, as questões em jogo vão além do tamanho do déficit comercial.

Confronto que chegou ao ponto de Trump proibir o fornecimento à gigante chinesa ZTE dos semicondutores norte-americanos de que esta dependia para fazer seus produtos, paralisando por meses a produção, até um acordo que envolveu uma pesada multa e a mudança de diretoria.

A questão de fundo do embate entre as duas maiores economias do planeta é que a China está desenvolvendo um programa de dez anos para dominar a tecnologia de ponta - e em consequência deixando os EUA ainda mais para trás. O que vai desde Inteligência Artificial até computação quântica, passando por veículos autônomos e exploração espacial. Desde o crash, a China tem sido o motor do crescimento econômico global. A China também está liderando o investimento, com seu projeto Iniciativa Cinturão e Estrada (BRI, na sigla em inglês).

O que está por trás de toda essa conversa sobre “roubo de propriedade industrial” e “compartilhamento forçado de tecnologia” é exatamente isso. No caso emblemático das redes 5G, de que depende toda a concepção de indústria 4.0, o fato de a Huawei inovadamente estar na liderança do processo é um alerta sobre o processo em curso nos EUA e a superação, por Pequim, da condição de “fábrica do mundo” para a de vanguarda tecnológica.

Antes da tuitada de Trump, o principal negociador norte-americano, Robert Lighthizer, considerava o dia 1º de março um “prazo rígido”. Com Trump fixado na reeleição no ano que vem, a linha dura contra Pequim dentro do governo Trump teme que este faça concessões sem resolver as “questões estruturais” do desenvolvimento industrial e tecnológico da China - isto é, de como detê-lo ou atrasá-lo. O colapso das exportações de soja em estados-chaves eleitoralmente nessas horas pesa.

Já Wall Street considera que a “principal questão estrutural” é arrumar o fechado sistema financeiro chinês. Também a guerra comercial em curso tem provocado abalos nas bolsas, como a derrubada que ocorreu no final do ano passado - isso, quando a ‘bolha de tudo’ já extrapolou qualquer expectativa.

Como costumava dizer o guru de Trump, Steve Bannon, se os EUA não fizerem as imposições agora, daqui a dez anos não vão estar em condições de ditá-las. Conferência de imprensa na semana passada na Casa Branca, com a presença do vice-primeiro-ministro chinês e principal negociador, Liu He, de Trump, do secretário do Tesouro Steven Mnuchin e de Lighthizer, evidenciou a divisões dentro do establishment norte-americano sobre a questão.

Quando o banqueiro Mnuchin discursou elogiando os “Memorandos do Entendimento” (MOU, na sigla em inglês) obtidos, que seriam “obrigatórios e aplicáveis” e muito bons para “finalmente abrir a China às empresas dos EUA” - devia estar pensando em Wall Street -, foi interrompido por Trump que os chamou de “perda de tempo”.

“Eu não gosto de MOUs porque não significam nada”, acrescentou Trump, achando que serão de “muito curto prazo”. Sobre isso, voltou a se chocar com Lighthizer, que garantia que “cobrem tudo em detalhes”. Na noite anterior, um comentarista de Economia da Fox News havia dito que “um MOU não vale o papel em que está escrito”. Trump também chamou os MOUs de “carta de intenções”.

Também o derrubador-em-chefe (algunha que lhe foi pespegado pelo New York Times) Marco Rubio entrou no debate: “Não importa quantas toneladas de soja eles comprem, se a China continuar roubando segredos comerciais, não será um bom negócio para os Estados Unidos, nossos trabalhadores, ou nossa segurança nacional”.

Para o Wall Street Journal, os falcões anti-China na comunidade empresarial, no governo e no Congresso se mostram preocupados “com o que eles vêem como a crescente impaciência de Trump por um acordo” e estão insistindo para que ele “se mantenha firme” e insista “nas mudanças fundamentais” nas políticas industriais chinesas.

Esses críticos advertem que a queda acentuada das bolsas em dezembro passado, que foi o declínio mais significativo naquele mês desde 1931, deixou Trump muito preocupado - imaginem um crash meses antes da eleição - e por isso predisposto a um acordo que não detenha o domínio da alta tecnologia pela China, não escancare o país a Wall Street e mantenha a supremacia militar.

De concreto, há o compromisso da China em manter o valor do yuan e não fazer uma desvalorização - ainda mais quando a alta de juros pelo Fed está tendo, como efeito colateral, a valorização do dólar frente às outras moedas. Sem um acordo entre Pequim e Washington, o FMI teme pela sorte do crescimento econômico global.

# 16 estados processam Trump por sua “emergência falsa”



Protesto contra a construção do muro racista na fronteira com o México

## Putin: “se EUA nos ameaçar com mísseis na Europa, nossa resposta será recíproca”

Em discurso anual ao parlamento russo, que na maior parte foi dedicado este ano ao desenvolvimento econômico e social da Rússia, o presidente Vladimir Putin se voltou a advertir Washington que, se implantar de volta na Europa os mísseis nucleares terrestres de alcance intermediário e curto que estavam proibidos pelo Tratado INF, a Rússia não apenas “irá visar os territórios dos quais emana uma ameaça direta, mas também aqueles territórios onde existem centros de decisão do uso dos sistemas de mísseis que nos ameaçam”.

Putin ressaltou que estava dizendo isso “direta e abertamente” para que “ninguém nos censure mais tarde”, para que fique claro para todos “sobre o que estamos falando aqui”.

Os EUA suspenderam sua participação no tratado de 1987 no dia 2, retirada que se completará em seis meses. Em resposta espelhada, a Rússia tomou medida idêntica no dia seguinte.

O líder russo enfatizou que seu país “não pretende

ser o primeiro a colocar tais mísseis na Europa” e que a doutrina militar russa não admite “ataque nuclear preventivo”.

Como Putin ressaltou, “se (os mísseis intermediários terrestres) realmente forem postos no continente europeu, e os EUA tiverem tais planos - nós não ouvimos declarações em contrário - isso agravará dramaticamente a situação de segurança internacional, criará sérias ameaças à Rússia, porque algumas classes desses mísseis podem levar de 10 a 12 minutos para chegar a Moscou”.

O que, como apontou, “é uma ameaça muito séria para nós”, e nesse caso, “seremos forçados - quero enfatizar isso - a considerar medidas recíprocas e ações assimétricas”.

Na década de 1980, milhares de pessoas foram às ruas na Europa contra a hecatombe nuclear, quando a presença desses mísseis no continente tornava a destruição atômica das principais capitais europeias coisa de minutos, não

havendo sequer tempo para verificação se o alerta de ataque era por erro.

Conforme Putin, as armas russas “corresponderão totalmente às ameaças dirigidas contra a Rússia”, de acordo com os dados táticos e técnicos, incluindo “o tempo de voo até esses centros de controle”.

As declarações imediatamente repercutiram na mídia internacional, com o El País assinalando que a Rússia ameaçava os centros de comando nos EUA e não só as bases de lançamento na Europa, enquanto a CNN asseverava ser um blefe e o New York Times registrava que “ameaçando os EUA, Putin oferece mísseis e manteiga aos russos”.

Como o presidente russo salientou em seu discurso, a ameaça não partiu de Moscou, mas dos EUA, que nos últimos anos “adotaram uma política em relação à Rússia que dificilmente pode ser chamada de amigável”.

Leia mais em [horadopovo.org.br](http://horadopovo.org.br)

## Sanders - 2020: ‘derrotar Trump e mudar este país’

O senador Bernie Sanders, que surpreendeu em 2016 ao disputar com Hillary Clinton a indicação pelo Partido Democrata, anunciou o lançamento de sua pré-candidatura à presidência dos EUA nas eleições do ano que vem.

Em entrevista, Sanders explicou que estava concorrendo à presidência por duas razões básicas: “Número um, acho que o atual ocupante da Casa Branca é uma vergonha para o nosso país. Acho que ele é um mentiroso patológico, dizendo uma mentira todos os dias após a outra - e não me agrada dizer isso. Também acho que ele é racista, sexista, homofobo e xenófobo”.

Sanders acrescentou não se lembrar - “certamente não em minha vida ou na história

moderna” - de termos um presidente “que se empenha em dividir o povo americano com base em onde nascemos ou na cor de nossa pele ou nosso gênero, ou seja o que for”. “Acho que o que um presidente tem a fazer é unir nosso povo e não nos dividir”, afirmou.

A segunda razão que Sanders declarou para sua candidatura é completar o avanço desencadeado com a campanha de 2016, que trouxe à discussão do povo norte-americano soluções que o establishment dizia serem “muito radicais”, mas na verdade apoiadas pela grande maioria da população e que inclusive já são comuns nos países civilizados.

Apenas nas primeiras 24

horas após o anúncio, a campanha de Sanders arrecadou US\$ 1 milhão, de 225 mil pessoas em 50 estados, com contribuição média de US\$ 27, o que revela o entusiasmo com que a candidatura foi recebida.

Na campanha de 2016, o que era visto inicialmente quase como uma excentricidade, a candidatura de um senador independente de um estado pequeno, o Vermont, surpreendeu todos com sua denúncia clara e direta sobre as mazelas da sociedade americana e das consequências do crash de 2008, sua conclamação a deter a ganância de Wall Street e a explosiva exacerbação da desigualdade.

Leia matéria completa em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## Reino Unido e Alemanha recusam pressão da Casa Branca para banir Huawei das redes 5G

A Grã Bretanha resiste à acusação da Casa Branca de que a empresa Huawei teria uma “porta dos fundos” em seus equipamentos de redes para capturar informações e repassá-las ao governo chinês. Com base nessa narrativa sem provas, Trump tem exigido dos governos mundo afora que deixem a empresa chinesa de fora do mercado de componentes de redes de alta velocidade.

A gigante chinesa é a maior do mundo em equipamentos de telecomunicações e a número 2 dos celulares - suplantou a Apple - e tem inovado na Inteligência Artificial e semicondutores avançados.

Como o Financial Times assinalou, o Centro de Segurança Cibernética do Reino Unido (NCCS) determinou que “há maneiras de limitar os riscos de usar a Huawei em futuras redes ultra rápidas 5G”, desmontando a principal alegação de Washington

contra a gigante chinesa. As redes 5G prometem velocidades de download e navegação 10 a 20 vezes mais rápidas do que as redes atuais 4G.

Na semana passada, jornais alemães informaram recusa semelhante de Berlim, em paralelo ao rechaço, pela primeira-ministra Angela Merkel, das chantagens dos EUA para parar a construção do Nord Stream 2, que levará 55 bilhões de metros cúbicos de gás russo por ano direto para a Alemanha, na Conferência de Segurança de Munique. “O governo de Merkel quer evitar a exclusão dos produtos oferecidos pela Huawei Technologies, da construção da próxima geração de redes 5G na Alemanha, informou na quinta-feira (7) o jornal de negócios Handelsblatt, citando fontes do governo.”

Conforme noticiado pela Reuters há duas semanas, “a

Huawei já instalou laboratórios de segurança da informação também na Alemanha com o objetivo de aumentar a confiança de que seus equipamentos não contêm “portas dos fundos”, expondo redes a espões cibernéticos e na quarta-feira (6) se ofereceu para construir um centro similar na Polónia. Segundo a mesma fonte, o ministro da Indústria da Itália negou na quinta-feira (7) que a Itália proíba a Huawei de participar da construção de sua rede 5G.

Nos dois casos (gás e rede 5G) relativos à Alemanha, ao contrário do que Trump gosta de aparentar, ele não estava exercendo “protecionismo” nenhum, mas simplesmente tentando fazer prevalecer a força bruta e os monopólios norte-americanos para compensar o atraso tecnológico num caso e, no outro, o gás americano mais caro, por causa do frete e do processo industrial de liquefação do gás para gerar o LNG.

“Ao invés de lutar contra os problemas reais que as pessoas enfrentam, o presidente usa seu cargo para atizar as chamadas da xenofobia”, afirmou Gavin Newsom, governador da Califórnia.

Procuradores-gerais da Califórnia, Nova Iorque e mais 14 estados norte-americanos foram à Justiça federal nos EUA para barrar a falsa emergência do presidente Donald Trump na fronteira com o México, decretada inconstitucionalmente após sua exigência de verba para erguer o muro da xenofobia, ser negada no Congresso, que só concedeu dinheiro para um puxadinho.

A demanda foi apresentada aos tribunais na segunda-feira (18), em meio a manifestações em mais de 200 cidades de repúdio ao muro, no país inteiro. A ação acusa Trump de desviar fundos federais ilegalmente para o muro, sua grande promessa de campanha de eleição e, agora, para a tentativa de reeleição no ano que vem.

Após ter fechado grande parte do governo federal por 35 dias no esforço para extorquir a verba para seu muro racista, Trump acabou decretando uma “emergência nacional” na sexta-feira, para raspar US\$ 8 bilhões para o muro, de vários itens do orçamento, basicamente do Pentágono. O Congresso havia concedido menos de US\$ 1,4 bilhão, enquanto o presidente exigia no mínimo US\$ 5,7 bilhões.

Os estados que estão processando Trump são Califórnia, Colorado, Connecticut, Delaware, Hawaii, Illinois, Maine, Maryland, Michigan, Minnesota, Nevada, Nova Jersey, Novo México, Nova Iorque, Oregon e Virginia, todos eles governados pela oposição democrata.

### ROUBO DE FUNDOS

“Estamos processando o presidente Trump para impedi-lo de roubar unilateralmente os fundos dos contribuintes legalmente reservados pelo Congresso para o povo dos nossos estados”, anunciou o procurador-geral da Califórnia, Javier Becerra, que advertiu que Trump “trata o estado de direito com total desprezo”.

“Não vamos tolerar esse abuso de poder e vamos combatê-lo com todas as medidas legais à nossa disposição”, destacou a procuradora-geral de Nova Iorque, Letitia James.

O governador da Califórnia, Gavin Newsom, afirmou que a “emergência” de Trump “é uma desgraça nacional”. “Ao invés de centrar-se em lutar contra os verdadeiros problemas que os americanos enfrentam, o presidente está utilizando o cargo mais elevado dos EUA para atizar as chamadas da xenofobia”.

A ação ajuizada pelos 16 estados adverte que Trump desviou o país “em direção a uma crise constitucional de sua própria criação” e violou o princípio da separação de poderes.

Os procuradores-gerais pedem, ainda, que a Justiça proíba permanentemente a construção de um muro sem que haja sido aprovada pelo Congresso destinação orçamentária específica.

Como registrou Becerra, deu um tiro no pé ao dizer que “não precisava” fazer [a declaração de emergência] “mas prefiro fazê-lo muito mais rápido”. É a confissão da emergência fake.

O que foi também enfatizado pelo diretor-geral da principal entidade de defesa das liberdades democráticas dos EUA, Anthony Romero, de que “pela própria admissão do presidente no Rose Garden (jardins da Casa Branca), não há emergência nacional”. “Ele apenas ficou impaciente e frustrado com o Congresso e decidiu seguir adiante com sua promessa de um muro de fronteira ‘mais rápido’”, acrescentou.

Romero anunciou que a ACLU estava entrando com um questionamento ao uso de Trump da declaração de emergência “para burlar as regras de financiamento do Congresso”, o que considerou “sem precedentes” e “inconstitucional”.

### CONSTITUIÇÃO

Nas manifestações, populares bradaram que “a emergência é Trump” e repeliram o muro racista, enquanto nas redes rolava o #FakeTrumpEmergency. Como assinalou o advogado do Centro pela Diversidade Biológica, Brain Segee, “a única emergência aqui é o assalto de Trump à constituição”. A entidade tem atuado contra a construção do muro por danificar a vida selvagem na fronteira e ser um desastre para as comunidades.

A medida, já reiteradamente rechaçada pela presidente da Câmara federal, a democrata Nancy Pelosi, também causa apreensão entre republicanos.

“Uma declaração de emergência nacional para uma não-emergência é nula. Um pré-requisito para declarar uma emergência é que a situação requer ação imediata e o Congresso não tem a oportunidade de agir”, afirmou o deputado republicano Justin Amash. Ele acrescentou que Trump “está tentando contornar nosso sistema constitucional”.

Há quem tema que o feitoço se viresse contra o feiteiceiro. “O presidente Trump está abrindo a porta para qualquer futuro presidente agir sozinho sem a aprovação do Congresso”, disse a deputada republicana e ex-líder Cathy McMorris-Rodgers. “Se eleitos, Elizabeth Warren ou Bernie Sanders usarão esse precedente da declaração nacional de emergência para forçar o New Deal Verde?”, assombrou-se a deputada.

Alguns parlamentares ironizaram a situação dizendo que, se fosse uma emergência nacional de verdade, Trump não poderia ter viajado para seu resort Mar-a-Lago, na Flórida, logo após decretá-la. “Alguém mais jogando golfe de emergência neste fim de semana?” tuitou o senador Brian Schatz.

ANTONIO PIMENTA

# Os arrombadores da Previdência (2)

Continuação da edição anterior

A dívida dos mil maiores devedores da Previdência soma, em valores corrigidos, R\$ 136 bilhões, 627 milhões, 412 mil, 866 reais e 8 centavos. Reparemos que essa é a lista dos 1.000 maiores devedores, pois “a soma dos passivos das empresas junto à previdência remonta cifras da ordem de R\$ 450 bilhões”

CARLOS LOPES

Vejamos outro grupo de devedores, as faculdades particulares ou suas sociedades mantenedoras, amplamente beneficiadas pelos Fies, Pro-Uni e outros instrumentos de passagem de dinheiro público para proprietários de instituições de ensino (ou, muitas vezes, **supostamente** de ensino).

O conjunto das isenções fiscais federais (isto é, sem contar as isenções estaduais e municipais) para o ensino privado, atingirá **R\$ 15 bilhões, 992 milhões, 842 mil e 950 reais** em 2019 (cf. SRF, DGT 2019).

Mas isso não faz com que escolas e faculdades particulares paguem à Previdência: **Ver tabela 1**

## PÚBLICO

Vejamos agora outra espécie de devedor, os entes públicos:

**Ver tabela 2**

Aqui, não entraremos na razão desses débitos à Previdência de Estados, municípios e outros entes públicos (nem todos estão listados acima). Apenas sublinharemos que a terra arrasada a que foi submetida a máquina pública desde 1990, tem grande responsabilidade nessa situação.

Mas não colocamos aqui essa tabela, senão pela seguinte razão: é possível dizer que dívidas de entes públicos para com a Previdência sejam “irrecebíveis”?

É claro que não.

## INFINITO

A dívida dos mil maiores devedores da Previdência soma, em valores corrigidos, **R\$ 136 bilhões, 627 milhões, 412 mil, 866 reais e 8 centavos**.

Reparemos que essa é a lista dos 1.000 maiores devedores, pois “a soma dos passivos das empresas junto à previdência remonta cifras da ordem de R\$ 450 bilhões” (cf. CPI da Previdência, Relatório Final, outubro/2017, p. 32).

Alguns dos gênios do “irrecebível”, que citamos acima, formularam a edificante teoria de que, mesmo se essa dívida fosse “recebível”, de nada adiantaria, pois o seu “rombo” da Previdência (o que eles fabricaram) é anual, enquanto a dívida é uma só, logo, seu pagamento serviria apenas para um ano, na hipótese de que todos pagassem de uma só vez.

Albert Einstein (o físico, não o hospital favorito de Bolsonaro) disse uma vez que “duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana. Mas, em relação ao universo, não tenho certeza absoluta”.

É verdade que a estupidez é sempre mais desumana que humana.

Mesmo se fosse verdade o que dizem os corifeus da “reforma”, a dívida com a Previdência tem que ser cobrada.

Não cobrá-la é a mesma coisa que sancionar o roubo como ato moral – contanto que o ladrão seja rico.

É mais ou menos essa a moral dos corifeus – e dos filisteus.

Por qual motivo a coletividade deveria arcar com o calote de elementos antissociais, em flagrante desrespeito às leis?

Além disso, é claro que se as grandes empresas não pagam à Previdência, porque as outras empresas se sentiriam obrigadas a pagar?

Seria, inclusive, uma injustiça com aqueles que, apesar disso, pagam.

A dívida com a Previdência torna-se, portanto, um entrave



ao próprio aumento da arrecadação, na medida em que é um estímulo à sonegação.

E, convenhamos: R\$ 450 bilhões (ou R\$ 136,6 bilhões) não é pouco dinheiro para os trabalhadores da ativa e os aposentados que constituem a base da Previdência.

De resto, não pagar à Previdência – e outros tributos – é isentar-se de responsabilidade em relação à sociedade. A ideia de que pagar impostos é, por si só, algo injusto, somente pode caber na mente de egoístas, sem espírito público, coletivo, social. Portanto, muito inadequados para viver em sociedade.

Certamente, se existe algum tributo injusto, vamos discutir e lutar para abolí-lo.

Mas estamos falando daqueles que acham qualquer tributo injusto, quando se trata deles pagarem. Quando são os outros a pagar, até que acham muito bom o imposto...

## DESVIO

Ainda restaria, aqui, na sangria da receita da Previdência, a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Como já nos estendemos sobre essa questão em outro artigo (v. **A fabricação do “déficit” da Previdência**), aqui frisamos apenas (e não é pouco) que, de 2005 a 2017, através da DRU, foram desviados **R\$ 1,02 trilhão da Previdência**, em valores corrigidos até dezembro de 2017 (cf. ANFIP, **Análise da Seguridade Social 2017**, Brasília, 2018, p. 73).

## PROJETOS

Uma nota sobre o projeto de “reforma” que, segundo o Planalto, Bolsonaro irá anunciar na quarta-feira (20/02), pela TV.

Como não persistem dúvidas sobre a incapacidade de Bolsonaro de distinguir, em matéria governamental, uma avestruz de um elefante, esperava-se que ele usasse algum método original para escolher – por exemplo, os palitinhos – entre os três projetos que Guedes teria lhe apresentado.

Porém, nem isso. Segundo fontes planaltinas, sua profunda análise dos projetos durou menos que três minutos, talvez menos que um: escolheu, quanto à idade mínima, 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres.

Talvez Bolsonaro tenha levado tão pouco tempo para “analisar” os três projetos, porque não havia mesmo diferença, exceto cosmética, entre eles.

O resto é confusão, pois, segundo um dos panfletos anti-previdência da mídia, o projeto também mudaria o cálculo das aposentadorias, mas não se sabe em quê.

Naturalmente, é bobagem queixar-se de que Bolsonaro nem leu os projetos de Guedes. Além da leitura não ser a sua especialidade, de que adiantaria ele ler?

Se existe algo de que não morreremos, é do susto causado por alguma proposta progressista, ou útil ao país, por parte de Bolsonaro.

EMPRESA	DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL (AELBRA)	1.787.506.298,86
INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE	791.340.909,09
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	749.425.531,41
SET SOCIEDADE EDUCACIONAL TUIUTI LTDA	459.631.269,32
SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO	384.961.733,19
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	369.271.895,13
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	321.311.740,77
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUAÇU	316.512.312,16
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ENSINO PARA OSASCO	292.299.234,53
FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA E OUTRO	290.834.082,59
ORGANIZAÇÃO MOGIANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	256.001.857,81
ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUÇÃO	253.689.773,78
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO	247.238.008,89
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	246.148.122,14
SOCIEDADE UNIVERSITÁRIA GAMA FILHO	244.739.175,70
INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR	240.138.783,84
ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SÃO MARCOS	222.415.369,49
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SÃO PAULO APOSTOLO-ASSESPA	217.514.286,70
FUNDAÇÃO CASPER LIBERO	202.724.437,28
CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTE	177.320.422,89
ASSOCIAÇÃO PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA APEC	169.710.094,90
ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC	167.867.619,06
CENTRO EDUCACIONAL DE REALENGO	164.629.477,04
FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO	157.050.152,86
INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	155.274.807,38
IUNI UNIC EDUCACIONAL LTDA	143.146.237,64
ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA SANTA URSULA	114.890.682,37
SOCIEDADE EDUCACIONAL TRISTÃO DE ATHAÍDE LTDA - ME	112.590.358,06
FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA	104.999.074,89
FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS	103.134.759,07
ANTARES EDUCACIONAL S.A.	103.058.281,06
FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU	95.441.635,55
SOCIEDADE GUARULHENSE DE EDUCAÇÃO	92.259.827,86
SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SAULT	91.087.669,85
INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA -	90.944.776,59
SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	86.389.016,93
SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA	85.837.435,25
FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FUBRAE	77.151.298,18
INSTITUIÇÃO TOLEDO DE ENSINO	77.101.980,53
SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA	75.011.487,86
FUNDAÇÃO PINHALENSE DE ENSINO	73.608.095,94
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	73.265.427,20
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	72.342.041,86
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	67.616.883,66
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIMONTE S/A	66.742.134,60
INSTITUTO EDUCACIONAL SEMINÁRIO PAULOPOLITANO	63.603.708,07
SOCIEDADE EDUCACIONAL SÃO PAULO SESP	62.080.205,09
ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO	57.583.976,04
ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL EXPOENTE LTDA	57.568.054,93
ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	54.969.291,99
SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	49.587.810,32
INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO SUPERIOR UNIFICADO	48.297.657,30
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS	48.280.471,64

TABELA 1

O conjunto das isenções fiscais federais (isto é, sem contar as isenções estaduais e municipais) para o ensino privado, atingirá **\$ 15 bilhões, 992 milhões, 42 mil e 950 reais** em 2019 (cf. SRF, DGT 2019). Mas isso não faz com que escolas e faculdades particulares paguem à Previdência

ENTE PÚBLICO	DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA
AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI	731.954.209,68
MUNICÍPIO DE GUARULHOS	727.674.617,79
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	615.979.991,17
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO	592.561.562,84
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	589.765.150,31
COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA	481.156.373,91
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	435.769.696,40
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	433.098.252,44
MUNICÍPIO DE BARCARENA	398.169.863,12
MUNICÍPIO DE MANAUS	290.133.520,95
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL	264.295.546,16
ESTADO DO AMAZONAS	259.446.276,84
AUTARQUIA DE URBANISMO E PAISAGISMO DE FORTALEZA	252.418.887,52
ESTADO DO AMAPÁ	236.907.621,67
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIANIA - COMURG	230.675.858,81
MUNICÍPIO DE CABO FRIO	220.323.738,33
MUNICÍPIO DE BARREIRAS	217.697.625,43
MUNICÍPIO DE CAMPINAS	217.235.688,10
ESTADO DA PARAÍBA	216.541.574,94
BANCO DO BRASIL SA	209.860.922,83
MUNICÍPIO DE ITABUNA	196.728.740,96
ESTADO DO PARANÁ	189.233.452,10
MUNICÍPIO DE RIO DE JANEIRO	186.827.042,12
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE	184.671.007,76
AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA - EMLURB	183.113.770,45
COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB	182.066.057,05
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DO AMAPÁ	160.528.088,41
ESTADO DE SÃO PAULO	156.660.725,57
MUNICÍPIO DE NIQUELANDIA	154.393.671,30
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB RECIFE	150.426.197,05
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE VOLTA REDONDA	149.339.877,09
COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE PETROPOLIS	144.256.028,79
COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA CAGEPA	137.611.312,19
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE	136.665.841,44
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO	127.267.960,18
COMPANHIA DE LIMPEZA E SERVIÇOS URBANOS	124.120.821,02
MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	114.033.300,62
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA	104.713.266,14
MUNICÍPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS	101.750.382,02
MUNICÍPIO DE ARARIPINA	94.662.748,14
COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO	92.436.236,17
MUNICÍPIO DE TUCURUI	89.441.879,51
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU	85.747.494,47
MUNICÍPIO DE SUMARÉ	73.314.912,35
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI	72.228.438,94
MUNICÍPIO DE SIMÕES FILHO	68.689.748,49
MUNICÍPIO DE REMANSO	65.744.512,34
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO	64.711.599,62
ESTADO DO PARÁ	64.411.624,85

TABELA 2

Aqui, não entraremos na razão desses débitos à previdência de Estados, municípios e outros entes públicos (nem todos estão listados acima). Apenas sublinharemos que a terra arrasada a que foi submetida a máquina pública desde 1990, tem grande responsabilidade nessa situação. Mas não colocamos aqui essa tabela, senão pela seguinte razão: é possível dizer que dívidas de entes públicos para com a Previdência sejam “irrecebíveis”? É claro que não

Ver o restante da tabela 2 na página 5